

KLEBER EDUARDO MEN

**MAQUIAVEL:
O PRÍNCIPE, AS INSTITUIÇÕES E AS FINALIDADES DO ESTADO**

MARINGÁ

2013

KLEBER EDUARDO MEN

**MAQUIAVEL:
O PRÍNCIPE, AS INSTITUIÇÕES E AS FINALIDADES DO ESTADO**

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do grau de Mestre em História das Instituições e das Ideias à Comissão Avaliadora do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação do Prof. Dr. José Flávio Pereira.

MARINGÁ

2013

KLEBER EDUARDO MEN

MAQUIAVEL: O PRÍNCIPE, AS INSTITUIÇÕES E AS FINALIDADES DO ESTADO

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do grau de Mestre em História das Instituições e das Ideias à Comissão Avaliadora do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação do Prof. Dr. José Flávio Pereira.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Flávio Pereira (Presidente)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. José Carlos Gimenez (PPH)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Maurilio Rompato
(UNESPAR – Apucarana)

Prof. Dr. Lúpercio Antônio Pereira (PPH – Suplente)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel (Suplente)
(UNESP – FRANCA)

Maringá, 23 de agosto de 2013.

*Dedico este trabalho a
minha esposa **PRISCILA** e
a nossa princesa **LAURA**.*

AGRADECIMENTOS

Trabalhos acadêmicos são feitos em meio a privações. Sejam elas de ordem financeira, pessoal, enfim, a verdade é que existe um preço muito caro a ser pago para que uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado seja elaborada. Um dos preços pagos para que isso se materialize é a dedicação que, muitas vezes, deixamos de dar às nossas famílias. Muitos finais de semanas foram comprometidos total ou parcialmente para que nosso objetivo fosse alcançado. Assim, gostaria de agradecer primeiramente à minha esposa, Priscila Cantos Men, pelo apoio e compreensão que teve comigo durante esses mais de dois anos de trabalho acadêmico. Também gostaria muito de agradecer a minha filha maravilhosa, Laura Cantos Men, que, espero eu, muito em breve, leia a dissertação e, quiçá, tenha orgulho pela dedicação que o seu pai teve para com este trabalho. Minhas queridas esposa e filha, vocês são as pessoas mais importantes neste trabalho. Agradeço ao meu sogro, Antônio Cantos, minha sogra, Roseli, meus pais, Rubens e Zeila, meus padrinhos e amigos, além de inúmeras outras pessoas que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado nessa trajetória.

Também gostaria de agradecer aos professores do departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Aqueles que me acolheram desde os tempos da graduação e também aqueles que fizeram parte da minha trajetória acadêmica na obtenção do título de Mestre. Principalmente aos professores da área de História das Ideias e das Instituições. Gostaria de agradecer aos Professores Doutores Rivail Rolim, Sezinando Menezes, Lupercio Pereira, Renata Biazoto Venturini, Solange David, aos coordenadores e demais colaboradores do Programa de Pós-graduação em História.

Agradeço também aos membros da banca de qualificação pelas dicas e por terem aberto os meus olhos no período mais difícil deste trabalho. Ao Professor Dr. José Antônio Martins (DFL), especialista em Maquiavel, e também ao Professor Dr. José Carlos Gimenez (PPH), que me deram inúmeras contribuições sobre o caminho que eu deveria seguir, bem como dos meios que eu deveria lançar mão.

Não poderia deixar também de externar meus sinceros agradecimentos aos professores do Curso de Bacharel em Direito do Centro Universitário de Maringá, que, apesar do pouco tempo, me fizeram enxergar o lado jurídico das Instituições que foram feitas para garantir civilidade aos cidadãos, o que muito me ajudou na fase final deste trabalho. Aos Professores

Mauro Siqueira da Silva, Antônio Lorenzoni Neto, à Doutora Cleide Fermentão e ao Alisson Bertão Machado, deixo a vocês um abraço especial.

Por fim, agradeço à pessoa que foi a peça indispensável para que isso acontecesse, o meu orientador, Dr. José Flávio Pereira. Além de ter me aceitado como orientando, foi ele quem me deu inúmeros puxões de orelha para me mostrar o que deveria ser feito. Tanto por e-mail quanto por telefone e até nas caminhadas de fim de tarde no Parque do Ingá. Além de uma relação profissional, criamos uma relação de amizade e respeito pelo caráter e pelos valores que cultivamos. Valores esses que levarei por toda a minha vida e que refletirão, sem dúvida, na condução da minha vida profissional e pessoal.

Não posso ser hipócrita a ponto de esquecer que a pessoa mais importante para a realização deste trabalho fui eu. Essa afirmação pode até soar como arrogante, mas eu fui quem dedicou mais de dois anos de pesquisa e leituras para que este trabalho fosse realizado. Neste momento, me lembro de tudo por que passei para que hoje estivesse aqui desfrutando dessa alegria. Do longo processo de formação como cidadão que se iniciou no ano de 1994, na Rádio Cultura de Rolândia, e que culminou com a minha entrada no mundo de trabalho. Em primeiro lugar, este trabalho é uma vitória minha. Ninguém poderia fazê-lo para mim.

Entendo que esses agradecimentos são muito pequenos para expressar minha gratidão a todos meus amigos. Mas uma coisa é certa, vou levar para o resto da minha vida o sentimento de amor e carinho por todos que estiveram ao meu lado. O Renato, o Guilherme, o Gilson Shinosaki, o Fernandão, e os fraternos Tiago Valenciano, Carlos Álvares (Dr.º Caramujo), Rafael Biscaia, Teófilo e muitos outros. Desde o tempo da República 22/44-B, até hoje, quando tenho o prazer de recebê-los em minha casa.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

“Consideramos como auto-evidentes as verdades que afirmam serem todos os homens criados iguais e dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que, para garantir esses direitos, são instituídos os governos entre os homens, derivando-se a sua força justa do consentimento dos governados”.

*Trecho da Declaração de Independência
dos Estados Unidos da América, 04/07/1776.*

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo fazer um estudo sobre o perfil do príncipe, a configuração das instituições políticas e as finalidades do Estado sob a ótica de Nicolau Maquiavel. Maquiavel foi um escritor que nasceu em Florença em 3 de maio de 1469 e faleceu na mesma cidade, em 21 de junho de 1517. Durante os anos de sua vida, esse autor deixou registrado em suas obras sua concepção acerca das Instituições Políticas bem como sobre o perfil que o governante deveria ter frente a elas. Para isso, utilizamos como fonte de pesquisa suas duas principais obras: *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1970) e *O Príncipe* (2000). Este trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira, buscamos contextualizar a situação vivida por Maquiavel bem como destacar as principais questões que o assolavam, além do modelo de sociedade ao qual ele se contrapôs. Na segunda parte, procuramos mostrar as respostas a essas questões, abordando a maneira como esse autor pensou as Instituições e como seus ideais refletiram no processo de consolidação dos Estados Modernos.

Palavras-chave: Maquiavel. Política. Estado. Sociedade. Instituições.

ABSTRACT

This work aimed to make a study on the profile of the prince, the configuration of political institutions and purposes of the state from the perspective of Niccolo Machiavelli. Machiavelli was a writer who was born in Florence on May 3, 1469 and died in the same city on June 21, 1517. During the years of his life, the author has left on record in his works its perception of Political Institutions as well as the profile that the ruler should have before them. For this we use as a source of research his two major works: Discourses on the first decade of Livy (1970) and Prince (2000). This study was divided into two parts. At first, we try to contextualize the situation experienced by Machiavelli and highlight the main issues that plagued, and the model of society to which he countered. In the second part, we show the answers to these questions, addressing how the author thought the institutions and ideals as reflected in the consolidation of Modern States.

Key-words: Machiavelli. Policy. State. Society. Institutions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 MAQUIAVEL E O SEU TEMPO	16
1.1 O CONTEXTO DE TRANSIÇÃO ENTRE OS VALORES MEDIEVAIS E MODERNOS	23
1.2 A IGREJA CATÓLICA ROMANA NO CONTEXTO ITALIANO.....	31
2 O PERFIL DO GOVERNANTE E A PRÁTICA POLÍTICA	40
2.1 O OBJETIVO POLÍTICO DE MAQUIAVEL E AS FINALIDADES DO ESTADO ..	40
2.2 O PERFIL PESSOAL DO PRÍNCIPE: VIRTUDES (<i>VIRTÚ</i>)	43
2.3 AS INSTITUIÇÕES.....	50
2.3.1 A Instituição Militar e o monopólio das armas	54
2.3.2 O cuidado do Príncipe para com as finanças do Estado	62
2.3.3 O equilíbrio social e a importância das instituições que zelum pelas leis	65
2.3.4 Os servidores do Estado	73
3 CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo, nesta dissertação, foi fazer uma análise de alguns pontos do pensamento do escritor florentino, Nicolau Maquiavel (1469-1527), no que diz respeito ao perfil do príncipe, às instituições e às finalidades que o Estado deve ter, em um momento histórico que as discussões sobre esses temas estavam cada dia mais presentes, bem como a legitimidade dessa nova forma de organização social que emergiu em fins da Idade Média.

Nosso trabalho prestou-se a uma análise de alguns pontos das obras de Nicolau Maquiavel, principalmente no que tange à organização das instituições. Assim, qual seria a abordagem do nosso trabalho a que valeria à pena o leitor dedicar-se ao seu estudo, visto que tantos outros de maior reconhecimento acadêmicos já foram feitos sobre esse autor? Acreditamos que o mérito deste trabalho está na análise do pensamento original de Maquiavel, a qual evita leituras pré-concebidas pela historiografia.

Em inúmeros livros didáticos de Sociologia, Filosofia e História, o nome de Maquiavel sempre esteve (e em grande parte ainda está) associado ao tema formação dos Estados Nacionais e do absolutismo. Todavia, não foi intenção deste trabalho entrar no mérito dessa discussão. Então, qual seria a principal questão que este trabalho se propôs a discutir? Um dos propósitos principais deste trabalho foi compreender o perfil que, segundo esse autor, a pessoa que estivesse à frente desse governo deveria possuir e apontar as instituições que deveriam fazer parte do Estado bem como a forma com que elas deveriam funcionar.

A organização dos Estados Modernos na Europa foi um fenômeno da chamada Idade Moderna (séc. XV-XVIII) e ocorreu a partir das transformações de ordem econômica e social que marcaram profundamente o período da Baixa Idade Média (séc. XI-XV). Aos poucos, uma nova forma de organização política foi tomando o espaço das velhas estruturas feudais e, em decorrência disso, muito conflitos foram gerados. Entretanto, o surgimento desse novo modelo foi sendo forjado ora por meio de acordos, ora por meio de conflitos armados.

Maquiavel não deixou um modelo de governo definido pormenorizadamente nem fez qualquer menção ao absolutismo monárquico, como muito é discutido. Mas, o fato é que nas entrelinhas dos seus trabalhos ele deixou descrito, de maneira clara, quais seriam tais instituições e como elas deveriam funcionar.

Segundo os pesquisadores que atuam na área do pensamento político e institucional e que tem Nicolau Maquiavel como seu principal objeto de estudo, as inúmeras obras literárias, incluindo-se peças de teatro e crônicas além de outros escritos, são importantes fontes para o estudo da política moderna, principalmente para a corrente que aborda a emergência dos Estados centralizados na Europa no período de transição entre a sociedade feudal e a moderna.

Podemos afirmar que Maquiavel se dedicou de corpo e alma a responder os questionamentos relacionados a esses temas. O autor teve um olhar atento ao seu tempo e às transformações que ocorriam e, dessa forma, registrou essas mudanças em suas obras, tornando-as fontes muito valiosas à análise histórica. O autor também não mediu palavras para criticar e também louvar as monarquias que estavam trilhando um caminho que objetivava o fortalecimento do Estado como fim último, como foi o caso da Espanha, França, Inglaterra, dentre outros exemplos mencionados por ele. Em síntese, para Maquiavel, mais importante do que ser um principado ou uma república, este regime de governo deveria ter como principais objetivos o fortalecimento do Estado e o bem comum dos seus cidadãos.

Nascido em 3 de maio de 1469, na República de Florença na Península Itálica, Maquiavel era filho de um advogado pertencente a um dos grupos mais pobres da nobreza toscana. Pela influência de seu pai, sabemos que desde pequeno fora instruído a ler os clássicos latinos e italianos. Sua vida, em geral, confunde-se com a própria situação política de Florença, tendo em vista os constantes conflitos desta natureza que assolavam essa República e a Península Itálica como um todo.

Maquiavel iniciou sua vida pública aos 25 anos, em 1494, quando Florença era governada por Savonarola. Trabalhou na chancelaria em funções de menor importância e, após a deposição e execução de Savonarola (1498) pelo Papa Alexandre VI, Maquiavel assumiu o cargo de Segundo Chanceler da República, o primeiro cargo de grande importância de sua carreira política. Esse contato mais próximo dos assuntos de Estado despertou em Maquiavel a necessidade de refletir sobre as práticas políticas dos homens e a posição que estes deveriam manter quando estivessem à frente de um governo. A questão que envolveu Florença e Pisa em longo conflito foi decisiva na vida de Maquiavel e aguçou-lhe mais ainda a necessidade de refletir sobre esses temas (MARTINS, 2000).

Depois de um período de convivência com o Duque Valentino, César Bórgia (1475-1507)¹, filho do Papa Alexandre VI (1492-1503)², Maquiavel mais uma vez foi tocado por uma série de acontecimentos e, com base no que via, nascia o que seria a sua principal característica como cientista político: a valorização dos acontecimentos históricos por parte dos governantes como item indispensável às ações e práticas políticas. Maquiavel acreditava que a História não poderia servir apenas de passatempo, mas sim como um instrumento de governo para que as ações fossem executadas da maneira mais eficiente possível.

Entre os anos de 1512 e 1513, Maquiavel sofreu inúmeras retaliações, dentre elas, o exílio político. Desse período até sua morte, em 1527, Maquiavel esteve à mercê da inconstância política italiana e vez ou outra se via afastado das funções públicas pelas quais nutria um apreço inquestionável. Foi durante esse afastamento da vida pública, vivendo na ociosidade, que Maquiavel escreveu suas principais obras: *O Príncipe* (1513) e *Os discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1512-1517).

Na obra *O Príncipe*, Maquiavel fez um tratado de governo em que buscou, por meio da experiência adquirida em sua vida pública, expor o que o governante deveria fazer para manter um Estado unido, forte e pronto para enfrentar qualquer problema de ordem política. Essa obra foi dedicada a Lorenzo de Médici II, quem Maquiavel acreditava ter as características básicas e que poderia vir a se tornar o governante certo para promover a unificação italiana, mas, dentre as características necessárias, uma que lhe faltava era a *virtú* (RIDOLFI, 2003). Dessa forma, essa característica foi uma das mais debatidas pelo autor ao longo desse livro, como veremos adiante. A intenção do autor era clara: educar o novo príncipe dentro do seu conceito de *virtú*.

Os Discorsi é considerada a principal obra de Maquiavel. Escrita em um período de cinco anos, nela o autor tratou, de forma magistral, como se deveria organizar uma república, suas instituições, seus cidadãos e, além disso, deixou explícito o conflito de gerações que havia na Itália, mostrando sempre que, para os novos ideais políticos prevalecerem, era necessário que as antigas instituições feudais fossem suplantadas por esses. Nessa obra,

¹ César Bórgia, Duque de *Valentinois*, (Roma, 17 de Setembro de 1475 – Viana, 12 de Março de 1507), *Cesare Borgia, Duca Valentino* em italiano, foi um príncipe italiano da Renascença europeia. Filho de Rodrigo Bórgia, futuro Papa Alexandre VI, com *Vannozza dei Cattanei*.

² Alexandre VI, nascido Rodrigo de Borja, italianizado em *Roderico Borgia (Xàtiva*, 1 de Janeiro de 1431 – Roma, 18 de Agosto de 1503), foi o 214º papa da Igreja Católica, de 10 de Agosto 1492 até a data da sua morte. Natural de Valência, estudou na Universidade de Bolonha e adotou o nome de Rodrigo Borgia ao chegar à Itália.

Maquiavel celebrou a organização institucional da república romana e a considerou um modelo perfeito de governo.

Estão entre as composições de Nicolau Maquiavel, além das obras já citadas que apresentam inestimável valor político, obras literárias que são *Asno*, a *Mandrágora* e *Belfagor*. Maquiavel foi um dos poucos escritores que obtiveram êxito em mais de um gênero literário. Além disso, escreveu um manual de ciência militar, intitulado *A Arte da Guerra*, o qual dedicou a Lorenzo Strozzi em virtude de um benefício recebido. Nessa obra, Maquiavel mostrou mais uma vez seu caráter historicizante com que buscou legitimar as ações por meio dos escritos antigos e da longa experiência vivida por ele frente aos assuntos de cunho diplomático (RIDOLFI, 2003).

Foi também de autoria de Nicolau Maquiavel a obra *História de Florença*, escrita entre os anos de 1520 e 1525, período em que foi nomeado historiador dessa república. Nessa obra, Maquiavel traçou um panorama histórico completo e detalhado sobre a Itália, tendo como ponto de vista a República florentina, enfatizando as questões políticas e institucionais, não se prendendo a recortes temporais.

Nicolau Maquiavel, depois de sofrer outro duro golpe do jogo político com a deposição dos Médici, não suportou a amargura de não poder continuar participando ativamente da vida pública de sua tão amada Florença e foi acometido de uma doença, vindo a falecer em 21 de junho de 1527, com 58 anos de idade (MARTINS, 2000).

Posto isso, quais obras serão responsáveis por embasar esta dissertação? Para elaborar este trabalho, utilizamos como fontes principais as obras *Os discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1970) e *O Príncipe* (2000), que são consideradas a síntese do pensamento do autor. Dando-lhes um conteúdo exclusivamente político, Maquiavel abordou com maestria os regimes republicano e monárquico bem como a forma e a organização desses modelos de governo. Com base nelas, foi possível apresentar os conceitos utilizados por Maquiavel em sua discussão sobre o estabelecimento da ordem, a organização das instituições e também a manutenção do governo e suas finalidades.

Igualmente utilizamos outros escritos do autor, que, apesar de não serem tão conhecidos, não deixaram de expressar suas concepções sobre a sociedade, a política, o governo, a economia e os costumes.

Este trabalho foi dividido da seguinte forma: primeiramente, buscamos apontar o contexto histórico em que Maquiavel viveu, tendo como base, principalmente, suas próprias obras. Conforme este foi descrevendo a situação da Itália, e principalmente de Florença, sua terra natal, foi possível compreender o que estava se passando naquele momento. A falta de liderança política, a falta de determinadas instituições, as desordens em geral, tudo isso Maquiavel deixou registrado em suas obras. Umas, de forma explícita, e outras, nas entrelinhas de seus escritos. Ele também deixou claro o conflito existente entre a sociedade que emergia e a sociedade que desaparecia, uma mostra clara da transição entre os valores medievais e os modernos.

Para fazer essa contextualização, nos valem também da obra de Buckhardt para melhor elucidar esse período, já que o mesmo fez importantes abordagens sobre o momento de formação das cidades italianas que foram palco dos conflitos abordados por Maquiavel.

Feita essa contextualização, na segunda parte deste trabalho desenvolvemos uma análise de alguns aspectos do pensamento de Maquiavel. Como esta pesquisa se concentrou na área de História das Ideias e das Instituições, o ponto central de nossa discussão esteve na organização e nos valores axiológicos que estas deveriam possuir. Ou seja, abordamos a forma como a sociedade, segundo esse autor, deveria se organizar e como deveriam funcionar as instituições que seriam o cérebro dessa nova organização social. Também não nos concentramos em recortes temporais, mas nos modelos de instituições propostas por Maquiavel e como as mesmas funcionariam.

Sendo o autor um renascentista, ele sabia muito bem que o pleno funcionamento dessas instituições se daria pelas mãos de um príncipe possuidor de determinadas virtudes. Dessa forma, nesta segunda parte fizemos uma análise do perfil desse governante, buscando responder às seguintes questões: como ele deveria se comportar frente a um Estado? Quais as atitudes que um príncipe deveria valorizar? Qual a imagem que deveria ser cultivada e como ele deveria cativar os seus súditos? Essas são algumas das questões que buscamos responder na segunda parte do trabalho.

Feita essa abordagem mais voltada para o lado pessoal, partimos para uma análise mais concreta sobre as instituições que formam um Estado. O exército, as leis, os servidores do Estado, os poderes, a tributação, as finanças, tudo isso foi analisado, sempre tendo como princípio a forma como elas deveriam funcionar de acordo com o que Nicolau Maquiavel tinha como adequado para o bem-estar e a segurança da população. Ao estudar a História,

esse autor pôde conhecer várias instituições que fizeram parte da vida de diversas civilizações e, com isso, fez seus apontamentos, buscando mostrar aos seus leitores quais seriam as melhores instituições e como elas deveriam funcionar.

Este trabalho procurou, sobretudo, resgatar o pensamento original de Maquiavel, interpretando seus escritos. Por isso, é importante esclarecer que não focamos nosso estudo no debate historiográfico. Embora muitos autores tenham sido pesquisados por nós, chegamos à conclusão de que, se fôssemos nos concentrar em uma análise do pensamento de Maquiavel e ainda por cima discutir a historiografia existente sobre o autor, este trabalho ficaria muito extenso e perderia o seu foco principal, já mencionado.

Portanto, o que buscamos mostrar neste trabalho é o momento delicado por que passava a Itália de Maquiavel e as soluções apontadas por ele para que um Estado fosse capaz de emergir da desordem reinante naquele contexto – desafogando a Itália politicamente e colocando-a novamente em posição de destaque conforme fora em tempos anteriores.

1 MAQUIAVEL E O SEU TEMPO

1.1 O CONTEXTO DE TRANSIÇÃO ENTRE OS VALORES MEDIEVAIS E MODERNOS

Maquiavel foi um político que enxergou a realidade vivida por ele e seus contemporâneos, de maneira bastante particular. Esse autor foi a expressão política do período por ele vivido. É consenso geral nas ciências humanas que cada um escreve, tendo como base seus valores. Em suma, cada um busca dar sentido ou respostas às questões colocadas pelo seu tempo, pelo momento a que cada um pertence ou pertenceu. Nicolau Maquiavel foi assim, um escritor que viveu em um período de transição entre os valores medievais e os valores modernos de governo e de sociedade.

Entendemos que tratar do período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna é tarefa bastante difícil, visto que em cada região as pessoas, os governos, as leis, tudo isso pode apresentar-se com muita variação. Entretanto, Tocqueville¹ (1997) fez um alerta em relação a isso, destacando que a compreensão de determinada região o levava a compreender melhor outra. Por mais que as diferenças possam ser maiores que as semelhanças, e no geral a Península Itálica tenha sido um caso à parte no que diz respeito à unificação política de toda a Europa Medieval Ocidental, aos olhos de nossa fonte, Maquiavel, a ótica como essa região foi observada e o que se procurou encontrar tanto na Itália quanto em outros locais por ele estudados, em linhas gerais, são bem parecidos. Embora os resultados tenham sido muito diferentes, o fato é: diferenças ou não, a formação dos Estados nacionais ocorreu em toda a Europa, fosse ela Ocidental ou Oriental, o que tornou a Itália e também a Alemanha exceções a essa regra.

A transição entre esses dois períodos – Idade Média para a Idade Moderna – foi, sem dúvida, um momento muito rico para análise da sociedade. A sociedade estamental, atributo

¹Assim destaca o autor “Tive a oportunidade de estudar as instituições políticas da Idade Média na França, Inglaterra e Alemanha, e à medida que prosseguia este trabalho fiquei espantado pela prodigiosa semelhança de todas estas leis e tentei entender como povos tão diferentes e com poucos contatos puderam chegar a tamanha identidade. É bem verdade que os detalhes variam sem cessar e de uma maneira quase infinita, mas o fundo é o mesmo por toda parte. Quando descobria na velha legislação germânica uma instituição política, uma regra, um poder, sabia de antemão que, procurando cuidadosamente, ia reencontrar uma substância absolutamente igual na França e na Inglaterra, e, realmente, isto acontecia. Cada um destes três povos ajudava-me a entender melhor os dois outros” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 63).

da Alta Idade Média, já não era aceita no século XVI, principalmente pelo desenvolvimento cada vez mais intenso das atividades comerciais bem como pela nova classe em ascensão, a burguesia. Surgiu, assim, um debate sobre os males causados pelas instituições feudais, sobre o perfil da nova sociedade e das qualidades dos governantes que coordenavam a vida dos homens que nela habitavam.

O pensamento de Maquiavel surgiu como um divisor de águas na história do pensamento político, já que conseguiu expressar muito bem aquilo que era um esboço das novas ideias e valores políticos que orientavam os homens na sociedade moderna em construção.

Uma das características principais da sociedade moderna que se firmava historicamente na Europa foi o Renascimento italiano, marcado pelo retorno dos valores culturais da Antiguidade clássica. Maquiavel não poderia ter vivido naquele contexto sem ter sido influenciado por essas transformações, fato esse que ficará claro ao longo desta dissertação. Florença, berço do autor, é considerada por Jacob Buckhardt (1973) o primeiro Estado moderno do mundo. O que justifica tal afirmação é a ampla participação popular na vida política dessa república. Florença, segundo as palavras de Buckhardt (1973), foi o berço do Humanismo e do espírito renascentista, tão valorizado por Maquiavel em suas obras.

A mais perfeita consciência política, o desenvolvimento mais completo e variado encontram-se reunidos na história de Florença, a cidade que, neste sentido, merece ser considerada o primeiro estado moderno do mundo. Aqui vê-se [sic] um povo inteiro a ocupar-se daquilo que, nos estados governados por príncipes, interessa apenas a uma família. O maravilhoso espírito florentino, esse espírito ao mesmo tempo justo, enamorado pelo belo, ávido de criar, transforma incessantemente o estatuto político e social, incessantemente o descreve e o julga. Deste modo, Florença tornou-se a pátria das doutrinas e das teorias políticas, das experiências e das bruscas transformações, mas, ao mesmo tempo, tornou-se com Veneza o berço da estatística e, antes de todos os estados do mundo, o berço dos estudos históricos no sentido moderno da expressão (BUCKHARDT, 1973, p. 65-66).

O sentido de modernidade frisado por Buckhardt (1973) relaciona-se com a participação popular nos assuntos políticos. Quando ele destaca que em Florença o povo inteiro se preocupava com assuntos que em outros lugares eram de exclusividade de uma família apenas, está se referindo ao espírito político moderno que emergiu entre os cidadãos

florentinos. Certamente que essa participação é uma clara demonstração da influência do espírito greco-romano, tão em voga no Renascimento.

Ao que tudo indica, o ambiente dessa cidade era extremamente inspirador para que uma cultura política de discussão dos assuntos públicos, especialmente sobre a forma de gerir a cidade, fosse constante. Como Buckhardt (1973, p. 70) destacou nesta citação:

Florença experimenta não só mais forma e cambiantes políticos como os julga e discute infinitamente melhor do que os outros estados livres da Itália ou, em geral, do Ocidente. A sua historiografia é o espelho mais fiel da relação que existe entre as classes e os indivíduos, dum lado, e em todo móvel e em mudança, pelo outro. Os quadros das grandes demagogias burguesas de França e Flandres, tais como os traça Froissart, os relatos das crônicas alemãs do século XIV, são seguramente eloquentes, mas no aspecto da alta compreensão dos fatos e do estudo aprofundado das causas que lhes deram origem, os florentinos são infinitamente superiores a todos os outros.

O que podemos perceber é que no contexto de transformações políticas pelo qual o mundo estava passando, Florença assumiu a vanguarda dessa temática. Essa participação, essa vida ativa são características amplamente discutidas por autores e pesquisadores que têm o Renascimento como seu principal período de estudos. Não obstante, todo esse desenvolvimento intelectual e político não fora capaz de tornar Florença, e muito menos a Itália, uma nação unida politicamente e aqui está o grande descontentamento de Maquiavel.

Dessa forma, analisaremos a situação de Florença e a da Itália de modo geral pelas palavras desse autor, um dos cidadãos florentinos mais ilustres. Além de percebermos todas essas características já citadas, observaremos os motivos que o levaram a dar destaque a questões desconfortáveis, principalmente sobre a desordem política que a cidade vivenciava apesar de seus cidadãos serem exemplo de participação política para o mundo.

Para darmos início à nossa contextualização, é necessário apontar uma das características mais originais do pensamento de Nicolau Maquiavel, que é a importância que o próprio deu à experiência histórica. É verdade que isso representa uma das marcas do movimento renascentista, do qual Maquiavel também fez parte. Mas o que chamou a atenção de Maquiavel foi o fato de a experiência histórica ser vista como algo útil, de extremo valor à vida pública e política dos cidadãos e governantes, principalmente para estes últimos. Nesse sentido, conforme assinalou Pereira (2000), para Maquiavel:

A principal utilidade da história dos grandes homens e das grandes nações não é proporcionar passatempos agradáveis a quem lê os livros de história, mas ensinar e transmitir experiências para os príncipes e para os homens em geral, fazendo com que eles evitem os erros e imitem os acertos dos grandes homens e dos grandes estados do passado (PEREIRA, 2000, p. 255-256).

Maquiavel utilizou-se da experiência dos grandes homens do passado, como o próprio sempre fez questão de destacar, para criticar a atitude dos governantes do seu tempo e, na maioria das vezes, indicar-lhes o caminho mais adequado para atingir determinado objetivo. Mas o próprio autor tinha a consciência de que observar essas experiências não era uma prática comum e nem uma virtude da maioria dos homens. Para Maquiavel, isso se deu pelo fato de os poderosos valorizarem muito mais as honrarias e adulações do que os conselhos. Mas os próprios conselhos podem ser um perigo, já que a maioria deles são feitos por pessoas que se aproximam do governante em busca de privilégios, deixando a franqueza necessária para esse tipo de assunto em segundo plano².

Já no início dos *Discoursis*, Maquiavel deixou claro que seu “interesse” era mostrar uma leitura dos fatos dos grandes homens, principalmente dos antigos, para deixá-los como exemplo para os que lessem seu texto:

Querendo, pois, tirar os homens desse erro, julguei necessário escrever sobre todos aqueles livros de Tito Lívio, que não foram roubados pela malignidade dos tempos, e falar sobre tudo aquilo que eu, segundo as coisas antigas e modernas, julgar necessário para maior inteligência delas, a fim de que aqueles que lerem estes meus discursos possam deles extrair aquela utilidade pela qual se deve buscar o conhecimento da História (MAQUIAVEL, 1970, p. 97).

Ao longo de sua vida Maquiavel fez importantes observações e buscou registrá-las, a fim de que viessem a servir a esses grandes homens destacados nas citações anteriores. Tomemos o exemplo da França. No que diz respeito à natureza dos franceses, o autor faz alguns apontamentos sobre a forma como eles interagem nos negócios e no respeito uns com os outros. Um destaque que nos chama a atenção é com relação à questão financeira. Assim escreve o autor: “os que desejam levar um negócio a bom termo na corte necessitam de muito

²Essa discussão será aprofundada no item 2.3.4 desta dissertação.

dinheiro, grande diligência e boa fortuna. Quando querem um benefício, calculam antes o proveito que podem tirar dele do que no serviço que lhes será possível prestar” (MAQUIAVEL, 2000b, p. 211).

O que podemos afirmar com essas simples anotações de Maquiavel? Pelo menos no que tange aos negócios, o egoísmo dos franceses é algo que fica explícito. Ter apenas o lucro em mente, não objetivando a qualidade dos serviços prestados, era algo nocivo ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos, o que poderia levar à desestruturação de um sistema financeiro em longo prazo. Nas entrelinhas podemos perceber que, os franceses, ao necessitarem de muito dinheiro para abrir um negócio, entendemos que isso ocorria pela forte dependência que eles tinham das ações do Estado.

A França foi um dos primeiros países a se unificar e a estabelecer um governo centralizado, por volta do século XIV. Essa dependência fica clara na seguinte citação: “aquele que vence está, por isso mesmo e quase sempre, com o rei; o que perde, raríssimas vezes; por esse motivo, quem precisa realizar um empreendimento deve considerar rapidamente se tal lhe sairá bem ou não” (MAQUIAVEL, 2000b, p. 212). Em suma, o sucesso dependia da intriga. O insucesso trazia infortúnios, já que o derrotado caía em desgraça em razão das intrigas do vencedor.

Nesse sentido, o que podemos observar nesses breves apontamentos? O objetivo de Maquiavel é descrever a personalidade dos franceses em busca da melhor compreensão humana. O autor sempre deixa clara a importância disso para o príncipe. Um governante, para que tivesse êxito frente ao Estado, deveria conhecer a natureza humana tanto de seus súditos quanto de seus vizinhos, para que estes últimos não viessem a demonstrar perigo e, caso isso viesse a ocorrer, pudesse o príncipe se adiantar aos fatos. Em resumo, o príncipe precisava desse tipo de conhecimento para agir. E no caso da Itália, tão próxima da França, a preocupação de Maquiavel, não poderia ser diferente.

Outro fato que está implícito nessa citação é que havia falta de leis ou critérios administrativos que fossem iguais para todos, o que desencadeava desarmonia na sociedade. Além disso, quando se beneficiava um súdito pelo simples fato de ele estar ao lado do rei, isso impedia que outros súditos mais empreendedores pudessem contribuir para o bem comum, gerando mais riquezas e outros benefícios para a sociedade.

Ainda com relação à França, Maquiavel (2000c) assinalou que ela era a coroa mais rica e poderosa na época. Maquiavel apontou os motivos do destaque financeiro da coroa francesa. Para ele, esse fato basicamente se resumia na existência de um Estado forte e centralizado. Um Estado que estivesse acima de todos os cidadãos. Assim, o interesse maior de Maquiavel (2000c) em descrevê-lo era mostrar quais os meios que a fizeram tornar-se tão forte e próspera e ao mesmo tempo instruir o governo de Florença para que soubesse os pontos fortes dos franceses e pudesse se relacionar com eles de modo mais seguro. Além disso, o autor tinha interesse de interpretar quais características do Estado francês poderiam ser utilizadas pelo governo florentino para que a mesma prosperidade francesa pudesse ser atingida também por Florença.

Vejamos o que ele enfatiza com relação à força institucional da monarquia francesa:

A coroa, transmitida por sucessão de sangue, veio a se tornar rica; isso porque às vezes, não tendo filhos os reis, nem sucessores na própria herança, foram para a coroa suas posses e seus Estados. E, como tal sucedeu a muitos monarcas, a coroa acabou sendo muito enriquecida pelos numerosos Estados que lhe couberam; como ocorreu com o ducado de Anjou, e no presente, como sucederá ao rei atual, o qual, não tendo filhos varões, deixará para a coroa o ducado de Orleans e o Estado de Milão; de sorte que, atualmente, todas as boas terras de França são da coroa, não dos seus barões, em particular (MAQUIAVEL, 2000c, p. 215).

A citação de Maquiavel (2000c) nos chama a atenção principalmente pela parte final destacada por ele, em que afirmou que as boas terras eram todas posses da Coroa e não dos barões. Certamente que se as boas terras pertencessem aos camponeses, talvez isso não despertasse tanto a atenção de Maquiavel, justamente pelo fato de que estes não eram concorrentes ao poder dentro do Estado francês. Quanto mais terras produtivas nas mãos dos barões, maior o poder destes e isso poderia fazer com que o Estado, representado pelo rei, viesse a se tornar um instrumento de manipulação por parte desses poderosos. Essa era a característica principal da sociedade que estava desaparecendo, a feudal, e que Maquiavel tanto repudiava e ao mesmo tempo procurava combater.

Deixando as características mais específicas de lado, em suma, a França não deixava de apresentar semelhanças com a situação que Maquiavel vivia em Florença. Assim, para que essa nova organização social que emergia na Europa tivesse êxito também na Itália, era

preciso que houvesse uma pessoa capaz de aprender com os exemplos dos outros, observando o que houvesse de errado em um e também em outro, contemporizando e buscando aplicar aquilo que havia de bom nos outros países.

Por isso que as obras de Maquiavel, no geral, são ricas em exemplos. O autor não se cansou de analisar os feitos dos grandes homens e dar a eles a importância necessária. O contexto de desordem política, social e principalmente institucional pelo qual Florença estava passando fez com que o autor desenvolvesse um trabalho, buscando identificar os motivos que impediam sua cidade natal de se tornar próspera e de servir também de exemplo aos outros países. Em suma, Nicolau Maquiavel desejava ver os cidadãos italianos unidos em torno de um objetivo, deixando suas intrigas e egoísmos de lado.

Maquiavel (2000c) também deu destaque à relação entre a nobreza e o rei, na França. Na verdade, o rei era apenas um representante do Estado. Ele era o que estava à frente para manter o Estado unido e fortalecido. Vez ou outra, cedendo certas regalias aos nobres como forma de manter seu apoio. Em suma, o Estado não estava a serviço do rei, mas sim o contrário. Tal atitude do rei não ofendia os nobres, os quais, por possuírem linhagem real, viviam sempre na esperança de um dia poderem herdar o trono. Portanto,

E assim cada um se conserva unido à coroa aguardando que ele mesmo ou um dos seus filhos consigam alcançar aquele grau. Rebelar-se ou vir a ser um inimigo poderia ser mais danoso do que bom; como quase sucedeu a esse rei, quando se viu preso na jornada de Bretanha, para onde se dirigira mercê daquele duque e contra os franceses; e foi discutido se, morto o rei Carlos, por aquela falta e deserção devesse ele perder o direito à sucessão (MAQUIAVEL, 2000c, p. 216).

O fato acima mostra que, na pior das hipóteses, mesmo aqueles nobres inimigos do rei tinham medo de perder o direito à potencial sucessão do trono. Mais uma mostra clara da importância desse Estado unificado que Maquiavel tanto fez questão de demonstrar direta ou indiretamente. É que, nessa situação, eliminava-se a possibilidade de um nobre tentar se unir a algum estrangeiro e, conseqüentemente, colocar a perder a possibilidade de um dia vir a assumir o trono ou um cargo de maior importância. Não estaria Maquiavel (2000c) mandando um recado indireto àqueles que, cegos pela ganância do poder político, estariam colocando barreiras às suas próprias possibilidades de ascensão ao poder? Florença se encontrava

tomada pela desordem por causa dos acordos políticos feitos por aqueles que colocavam os interesses pessoais acima dos interesses do Estado.

1.1 O CONTEXTO DE TRANSIÇÃO ENTRE OS VALORES MEDIEVAIS E MODERNOS

Nicolau Maquiavel não era um escritor isento de juízo de valores. Em suas principais obras já mencionadas, a todo momento ele deixava claro o tipo de sociedade e de governo que desejava ver. Mais importante do que o modelo de governo, fosse ele republicano ou monárquico, o que ficou evidente é que, independente disso, quem estivesse à frente desse Estado deveria agir para o engrandecimento e fortalecimento do mesmo. Não obstante, Maquiavel em suas obras defendeu uma organização social que obedecesse a alguns axiomas indispensáveis, como a liberdade dos cidadãos, a lei e a ordem, de modo geral além de outros atributos que serão destacados em nosso próximo capítulo.

Apesar de estarmos mencionando constantemente o período em que se dá nossa discussão, não podemos deixar de destacar que esse contexto é denominado Renascimento e de apontar uma das principais características dessa etapa da História que é a procura pelo conhecimento e a valorização do homem. A busca por exemplos fez com que Nicolau Maquiavel se debruçasse sobre os clássicos da literatura greco-romana, mas isso não o impediu de observar com bastante atenção o que estava ocorrendo no seu tempo, como foi o caso da França, citado anteriormente. Vale lembrar que muitas dessas observações foram feitas durante o tempo em que Maquiavel foi membro do governo de Florença.

Assim, qual seria a base da organização política defendida por Maquiavel? Frente ao contexto vivido pelo autor (1469-1527) e todas as suas pesquisas sobre a História da Península Itálica e de Florença mais especificamente, o que seria para ele um modelo ideal de sociedade e de governante? O que esse autor ressaltou ao longo de suas obras é que o que escreveu se originou da longa prática e nas contínuas lições das coisas do mundo (MAQUIAVEL, 1970). Ou seja, ele não se baseou em ficções ou idealizações para demonstrar aquilo que defendeu, mas sim nas práticas passadas registradas nos livros, segundo seu próprio entendimento, conforme ficou exposto:

Como, porém, minha intenção não é escrever sobre assuntos de que todos os interessados tirem proveito, julguei adequado procurar a verdade pelo resultado das coisas, mais do que por aquilo que delas se possa imaginar. E muitos imaginam repúblicas e principados nunca vistos ou reconhecidos como reais. Tamanha diferença se encontra entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver que aqueles que se ocuparem do que deveria ser feito, em vez do que na realidade se faz aprendem antes a própria derrota do que sua preservação; e, quando um homem deseja professar a bondade, natural é que vá à ruína, entre tantos maus (MAQUIAVEL, 2000a, p. 99).

Essa citação acima é a expressão máxima do método que Maquiavel emprega para elaborar suas obras. O autor, com esse olhar atento aos fatos acontecidos, inaugurou o realismo na política, distanciando-se de vez do paradigma religioso. Para ele, era claro que a maioria das pessoas, ao discorrerem sobre política, se perdiam em afirmações infundadas, em idealizações de governos e governantes que não se aplicavam na prática. Como o próprio Maquiavel (2000a) afirmou, a verdade foi procurada pelo resultado das coisas, não do que foi imaginado. Embora esse tema seja tratado em outra parte do trabalho, cabe aqui uma breve explanação, a título de introdução.

Maquiavel (2000a) deixou claro que havia uma distância enorme entre o que era e o que deveria ser, quando o assunto era política. Para ele, quando havia uma preocupação apenas com aquilo que se pudesse imaginar e não com a realidade demonstrada pelos fatos, o governante seria derrotado bem antes do que pudesse imaginar. Em suma, seu reino seria levado à ruína.

Outro fato importante na citação é com relação ao perfil do governante analisado por Maquiavel (2000a). Para o autor, a atitude do príncipe se resumiria em saber fazer o bem, saber ser bom, conforme necessário, mas também saber empregar a maldade na justa medida de suas necessidades. Para se conservar um principado, o emprego da força e da maldade se tornava indispensável. Em resumo, um bom príncipe era aquele que não fazia profissão de bondade.

Tanto nos *Discorsi* quanto em *O Príncipe*, esse objetivo de analisar os feitos reais estava bem claro. Dessa forma, vejamos uma passagem dos *Discorsi*:

Por isso, eu, para não incorrer nesse erro, escolhi não aqueles que são príncipes, mas aqueles que mereceriam sê-lo, pelas suas infinitas e boas qualidades; não os que me podem cumular de títulos, honrarias e riquezas,

mas sim aqueles que, embora não o possam, desejariam fazê-lo. Os homens, quando querem julgar acertadamente, devem estimar aqueles que são e não aqueles que podem ser liberais, assim como aqueles que sabem e não aqueles que, sem saber, podem governar um reino (MAQUIAVEL, 1970, p. 94).

A citação acima faz parte da dedicatória de Nicolau Maquiavel a Zanobi Buondelmonti e Cosimo Rucellai, referente à composição de sua obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1970). Essa citação é uma demonstração explícita do tipo de sociedade a que Maquiavel se contrapôs, uma sociedade baseada em honrarias, riquezas e títulos. Tudo isso oriundo de bajulações e não pela capacidade ou *virtú*. A organização social que prevaleceu durante a Idade Média em diferentes regiões da Europa tinha, dentre seus pilares de sustentação, o poder baseado em favores, nos contratos de suserania e vassalagem. Dessa forma, podemos afirmar que não era uma sociedade democrática no sentido das oportunidades, mas uma sociedade estamental, definida pelo nascimento (consanguinidade) e de raríssima mobilidade social.

Na dedicatória a Lorenzo de Médici, feita em *O Príncipe*, Maquiavel (2000a) seguiu a mesma linha de pensamento ao enfatizar que se basearia nas atuações dos governantes, preocupando-se apenas com a verdade, não se importando se o tom de suas críticas ou observações seria ou não aceito, se elas seriam ou não agradáveis aos olhos de quem as visse. O autor também pouco se importou com o estilo literário, como fica explícito:

Não enfeitei esta obra nem busquei recheá-la de frases sonoras, termos pomposos, adornos, lisonjas ou floreios de estilo, recursos a que recorrem comumente os que desejam descrever ou embelezar as próprias obras. Não permiti que nada a tornasse agradável senão a profundidade e a diversidade do assunto mesmo (MAQUIAVEL, 2000a, p. 35-36).

À guisa dessas citações mencionadas, podemos entender que a prática política, para Maquiavel (2000a), dependia exclusivamente da *fortuna* e *virtú*. O príncipe precisava convencer, com sua prática diária, de que era realmente a pessoa adequada para assumir tal compromisso, e não ser convencido por aqueles que só faziam tais elogios em busca de vantagens pessoais. Esse é um fator importante em suas obras. Para Maquiavel (2000a), os cidadãos precisavam apoiar aqueles que possuísem um perfil político que estivesse comprovadamente vinculado às necessidades principais para o bom andamento das

Instituições. Como ele mesmo destacou acima, “precisamos optar por aqueles que são e não por aqueles que pretendem ser” (MAQUIAVEL, 1970, p. 94). Essa certeza só é possível ter ao observar o histórico político de cada um, além de podermos fazer um paralelo entre as ações políticas e suas virtudes como cidadão.

Entretanto, a grande insatisfação de Nicolau Maquiavel era com essa sociedade que se baseava nas adulações e na ambição do poder pelo poder, não com um fim que pudesse beneficiar a grande maioria dos cidadãos. Por isso ele se colocou como um dos principais críticos dessa forma de organização que predominou durante praticamente toda a Idade Média europeia. Embora a região em destaque não tenha registrado o desenvolvimento de um feudalismo clássico, conforme o visto na França, Alemanha, dentre outros, em termos de costumes e das relações de poder, não há motivos para não levarmos em conta tais fatos.

Maquiavel não foi o paladino da igualdade social e econômica. Ao criticar os adutores³, ele o fez na intenção de mostrar que esses em nada contribuía para o bom funcionamento do Estado. Ao não ajudarem o príncipe a enxergar as coisas como elas realmente eram, eles poderiam levar o Estado à ruína.

Outra característica da sociedade a que Maquiavel se contrapôs, em linhas gerais, é composta pelo que ele definiu de gentil-homem. Em resumo, esse sujeito era aquele que vivia do esforço alheio. O autor assim o descreveu:

Para esclarecer o que entendo por gentil-homem, direi que se chamam assim os que vivem na ociosidade, do produto de seus bens, que fruem os dias na abundância, sem nenhuma preocupação a tratar, para viver, nem de agricultura, ou de qualquer comércio. Esses homens são perigosos em todas as repúblicas e em todos os Estados: deve-se, porém, temer, acima de tudo, todos aqueles que, além das vantagens que acabo de mencionar, comandam castelos e têm vassallos que lhes prestam obediência (MAQUIAVEL, 1970, p. 244).

A quem o autor se referia como gentis-homens? Certamente, aos senhores feudais que dominaram as relações econômicas e sociais na Idade Média europeia. A principal preocupação do autor com esses homens era o perigo político que eles representavam para o Estado, não apenas por serem mais ricos do que os outros. Esses gentis homens eram um dos

³Esse tema será tratado de forma mais profunda quando discutirmos os servidores do Estado.

principais obstáculos para que a unificação política ocorresse, pois, quando suas necessidades não eram atendidas, esses, por possuírem poderes muitas vezes superiores aos dos príncipes, se tornariam seu principal inimigo.

Como já citamos anteriormente, as mudanças ocorridas durante esse período não foram uniformes. Ou seja, não ocorreram ao mesmo tempo em todas as regiões. A prova disso são os exemplos que o escritor renascentista cita como contraponto a sua exposição. Ora ele destaca que determinada região é avançada com relação a isso, ora ele menciona o atraso de uma região com relação àquilo.

Todo esse conjunto de transformações acentuou a instabilidade política. As intensas disputas entre os representantes das famílias nobres fizeram com que inúmeros conflitos fossem gerados, arruinando a economia de determinadas regiões. Nesse sentido, isso era extremamente nocivo ao desenvolvimento. Essa instabilidade política e a ausência de um corpo unificado que pudesse prover maior segurança aos moradores de determinada localidade seriam o grande responsável pelo relativo atraso econômico por que a região atravessava.

A Itália foi um dos países que mais demorou em conseguir sua unificação política e territorial. Enquanto Portugal, França, Inglaterra e Espanha já eram monarquias praticamente consolidadas ao final de Idade Média, a Itália, assim como a Alemanha, só conseguiu sua unidade territorial e política no século XIX. Apesar de ser uma região próspera, muito superior a outras da Europa, a região da península estava extremamente dividida em facções políticas. Um em posse da Igreja, outras nas mãos de aristocratas, o que tornou essa disputa pelo poder um dos principais motivos que impediam essa unificação. Sobre esse fato, Buckhardt (1973) fez o seguinte apontamento:

As lutas dos séculos XII e XIII levaram à formação de grandes e poderosas ligas de cidades e Sismondi acredita (II, 174) que a altura dos últimos preparativos militares da Liga Lombarda contra Barbarossa (a partir de 1168) teria sido favorável à federação das cidades italianas. Mas as cidades importantes tinham criado hábitos que tornavam semelhante federação impossível. No campo da concorrência comercial, empregavam todos os meios umas contra as outras e esmagavam com todo poder as cidades vizinhas mais fracas. Deste modo acabaram por acreditar que podiam subsistir sem procurar a força na união e abriram caminho para o despotismo. O despotismo vem na seqüência das lutas intestinas, quando a

necessidade dum governo forte se faz sentir nas cidades em que as tropas mercenárias vendiam o apoio a quem mais dava e em que os partidos no poder tinham há muito tempo declarado impraticável o armamento de todos os cidadãos. A tirania devorou a liberdade na maior parte das cidades. De tempos a tempos os tiranos eram derrubados, mas levantaram-se sempre e a tirania reaparecia mais vivaz do que nunca, porque a situação interna a favorecia e já não existiam forças vivas capazes de a combater [sic] (BUCKHARDT, 1973, p. 56).

A exposição acima nos resume bem os principais fatores que impediam, segundo Buckhardt (1973), a formação de uma federação na Península Itálica. Em uma época em que o capitalismo estava dando seus primeiros passos na Europa, o que podemos perceber é que não havia noção de cooperação entre as cidades concorrentes, o que levava uma cidade comercial a tentar destruir a outra. Mas a tentativa de monopolizar o comércio, esmagando os concorrentes, se mostrou ineficiente para os comerciantes e principalmente para os consumidores.

O Capitalismo se fortaleceu na Europa por volta do século XV e isso ocorreu devido a uma soma de diversos fatores. Dentre os fatores, destacamos a união entre os setores burgueses da sociedade e o rei, mas, como na Itália no período em questão não havia um governo centralizado, aos poucos a prosperidade econômica foi dando lugar ao caos e às crises políticas. Essas animosidades, somadas às condições emergentes das instituições políticas e jurídicas, provocaram conflitos que não obtinham outra consequência senão a desordem e a confusão dessas cidades.

Caos econômico é muitas vezes seguido do caos político e esse é o segundo destaque que Buckhardt (1973) deu no que tange à situação italiana. As disputas entre essas cidades muitas vezes acabavam abrindo precedentes para o aparecimento de governantes que procuravam, por meio da força e da tirania, colocar fim à desordem, mas que na verdade acabavam piorando a situação, pois, muitas vezes, cessavam-se os conflitos, mas perdia-se a liberdade. Assim, uma sucessão de tiranias e disputas internas acabava minando as bases do que poderia contribuir com a formação de uma federação sólida e próspera que envolvesse as cidades italianas.

Na obra *História de Florença*, Maquiavel (1998) tratou dessas intrigas políticas que envolviam a aristocracia, a Igreja e os demais grupos interessados no poder político da região. De acordo com o testemunho desse autor, provocar uma guerra, com a finalidade de

desestabilizar a região, estava entre os principais objetivos das pessoas que possuíam certo poder político na Itália.

A Itália se encontrava dividida, em duas facções: Papa e rei de um lado, do outro os venezianos, o duque e os florentinos. E mesmo que entre eles não houvesse estourado uma guerra, todos os dias davam-se motivos para que eclodisse, e principalmente o pontífice, em qualquer de suas empresas, arranjava modo de ofender o estado florentino (MAQUIAVEL, 1998, p. 374).

Sabemos que a visão de Nicolau Maquiavel não era isenta e, sendo ele um florentino que amou mais a sua pátria do que a ele mesmo, justifica-se em parte a posição de vítima em que colocou Florença. Mas, deixando de lado sua paixão por Florença, o que sabemos é que a instabilidade era um fato na Itália renascentista.

As questões comerciais são de extrema importância para compreendermos o que estava se passando na Península Itálica, pois foi justamente a prosperidade econômica atingida por essa região no período de Renascimento Comercial que a colocou em posição de destaque na Europa. Os resultados das inovações e dos benefícios trazidos por essa prosperidade foram inúmeros. O próprio Renascimento Cultural foi resultado do crescimento econômico da Península, o que fez concentrar ali intelectuais, artistas, dentre outras profissões que emergiam sempre nas regiões mais desenvolvidas. Mas qual a causa de essa região não ter se tornado o Estado mais poderoso de toda a Europa? Uma hipótese era a falta de um governo centralizado que pudesse convergir as forças em luta para um único objetivo. Os fatores que impediram essa unificação são de ordem diversa, mas nas palavras de Maquiavel o que fica claro é a sobrevivência de anacronismos na região, como é o caso dos gentis-homens, sempre destacado por ele.

Maquiavel deu o seguinte exemplo para explicar a razão de Nápoles, Romanha e Lombardia não possuírem um governo regular. Para ele, isso se resumia no fato da existência desse tipo de gente (gentis-homens) e de serem inimigas de todas as instituições civis. Instituições que, para Maquiavel, eram a pedra fundamental do funcionamento seguro e pacífico. Para isso, Maquiavel (1970) destacou que, para se implantar um governo em uma região qualquer, que se organizava em torno desses homens poderosos, a figura de um rei poderoso era essencial. Mesmo assim, ele pouco acreditava que isso pudesse vir a acontecer:

Querer introduzir um governo num país assim organizado seria tentar o impossível. Se fosse possível, porém, a alguém, introduzir nele a ordem, não o conseguiria senão criando um rei. A razão é que, onde existem tantas causas de corrupção, a lei lhes opõe um dique demasiado frágil: é indispensável uma força mais irresistível, que reside somente na mão de um rei; é seu poder absoluto e ilimitado que pode por um freio à ambição excessiva e à corrupção dos homens poderosos (MAQUIAVEL, 1970, p. 244).

O que percebemos é que Maquiavel conhecia muito bem aqueles que eram inimigos das instituições civis e que essas eram indispensáveis para o estabelecimento da ordem, da paz, da liberdade, bem como para proporcionar segurança e prosperidade a seus cidadãos. Siena, Luca e Florença eram as cidades que se encaixavam nesse contexto de devastação política provocada por esses gentis-homens. A Florença de Maquiavel parecia estar tomada pela falta de liberdade e de instituições políticas que garantissem sua segurança, sua liberdade e sua prosperidade, ao contrário de outras cidades da região que conseguiram manter tais instituições. Qual seria então a principal diferença entre essas três repúblicas citadas anteriormente e as demais tratadas por Maquiavel? Na visão do autor,

Isso provém de que nesse país não existe nenhum proprietário de castelo, nenhum gentil-homem, ou, pelo menos, muito poucos, e que aí reina uma tal igualdade, que um homem sábio, e instruído quanto à constituição das antigas repúblicas, nele introduziria facilmente uma existência legal (MAQUIAVEL, 1970, p. 245).

Pelo que podemos perceber nessas palavras, era o temor que esses gentis-homens despertavam em Maquiavel (1970). Ou seja, os senhores feudais, que foram personagens tão importantes da política feudal, eram para ele uma barreira que deveria ser transposta. Igualmente, havia a necessidade do surgimento de um homem que possuísse vigor para que colocasse fim aos desmandos dessa classe.

1.2 A IGREJA CATÓLICA ROMANA NO CONTEXTO ITALIANO

Em consonância com o que já foi exposto no tópico anterior, podemos incluir no rol dos problemas enfrentados pela Itália, a própria Igreja. Essa consistia em uma das grandes barreiras a ser transpostas para a consolidação de uma nova forma de organização social e política, pelo fato de a mesma ter sido, durante a Idade Média, uma das instituições mais beneficiadas daquela sociedade. O poder secular exercido por essa instituição já fora mencionado anteriormente por Dante Alighieri, em sua obra *Da Monarquia* (2003), e por outros filósofos anteriores a ele que serão mencionados ao longo deste trabalho.

Embora Alighieri (2003) tenha escrito essa obra em um contexto totalmente diferente do vivido por Maquiavel, a raiz do problema era a mesma: a disputa pelo poder. Em um momento em que o Papa Bonifácio VIII travava uma incansável luta contra o rei francês Felipe IV, o Belo⁴, Dante Alighieri assistiu a esse e a outros embates e, não podendo ser diferente, tomou partido de todos esses conflitos entre o poder temporal e o poder secular. Na Itália de Maquiavel isso não foi diferente. Maquiavel sabia perfeitamente no que a Igreja havia se transformado e como havia atingido tanto poder. Esse autor destacou:

A quem me indagasse por que a Igreja chegou a tanta grandeza no poder temporal, eu diria que, antes de Alexandre, os potentados italianos (e não apenas os potentados, mas também barões ou senhores, ainda que insignificantes) davam pouca importância ao poder temporal da Igreja. Agora, porém, até mesmo um rei de França o teme e foi expulso da Itália pelo papa, o qual também foi capaz de levar à ruína os venezianos, fato que, embora conhecido, é oportuno lembrar (MAQUIAVEL, 2000a, p. 81-82).

Tanto Alighieri (2003) como Maquiavel (1970 e 2000a) sabiam da barreira que a Igreja significava para a formação de uma unidade política na Itália. Os autores sabiam que o problema maior dessa instituição era que a mesma não possuía força suficiente para unificar

⁴ “Em 1302, Bonifácio VIII lançava a *Unam Sanctam*, explicitando toda a sua autoridade dada por Deus. Aos reis caberia apenas um poder de execução. Na conclusão, declarava que a submissão ao Sumo Pontífice é necessária para a salvação de toda criatura. Esta Bula não era dirigida diretamente contra Filipe IV, mas tinha a intenção de esclarecer, de uma vez por todas, a posição do papado diante do mundo. O Papa tem autoridade sobre toda a Igreja, fora da qual não há salvação. Tem-se aí a linha das teorias papais da Idade Média, onde o temporal está submisso ao espiritual” (STREFLING, 2007, p. 532).

toda a Itália, mas também não era tão fraca politicamente para permitir que outro o fizesse. Cada um ao seu tempo, cada um buscando dar sentido ao seu ponto de vista, o fato é que ambos os autores souberam fazer essa leitura da situação, mesmo vivendo em épocas diferentes.

No caso de Alighieri (2003), ele também defendia um poder político independente do poder religioso, já que a Igreja não recebera de Cristo, em seu nascimento, tal missão.

Que a Igreja não tenha recebido esse poder dela própria, é evidente. Ninguém pode dar a si mesmo o que não possui. Por conseguinte, todo o agente deve possuir em ato e perfeição que ela se propõe produzir, assim como está explicado nos livros do ser. Ora, se a Igreja deu-se a si própria o poder em questão, é que ela não o possuía antes e, desse modo, ela teria dado a si mesma o que ela não possuía, coisa impossível (ALIGHIERI, 2003, p. 79).

Essa Igreja, por constantemente se envolver em assuntos de ordem terrena, acabava por comprometer a atuação de alguma força política que pudesse colocar a Itália sob um governo de um só. Como o poder militar da Igreja era modesto, esta deveria, sempre que possível, para se proteger, procurar ajuda de outros príncipes. Dessa forma, tornou-se a Itália refém dessa instituição e de inúmeros chefes locais. O autor faz outra importante observação:

Assim sendo, gênero humano é mais bem governado por um só do que por muitos, isto é, pelo Monarca, que é o único príncipe. Se esse regime é o melhor, é o mais agradável a Deus, pois Deus quer aquilo que é melhor. Quando somente duas possibilidades se acham em presença, o comparativo confunde-se com o superlativo; assim, pois, quando se trata da unidade ou da pluralidade dos chefes, a unidade, aos olhos de Deus, não se deve chamar somente de melhor, mas sim, de excelente. Donde se segue que o gênero humano goza de uma boa organização quando é governado por um só. Assim, para a boa ordem do mundo, é necessário que a monarquia exista (ALIGHIERI, 2003, p. 30).

Alighieri (2003), como podemos perceber, era totalmente contrário à intromissão da Igreja nos assuntos de ordem política e defendeu um governo monárquico, unificado, mas no contexto em que viveu tal materialização seria impossível visto o grande poder dessa instituição.

Então, qual a preocupação de Maquiavel com essa Instituição? Mesmo tendo vivido em um século posterior a Dante, essa inquietação a respeito dessa instituição religiosa ainda parecia persistir. O que a tornou tão poderosa? A razão que a fez torná-la assim foi a atuação do Papa Alexandre VI e do seu filho Cesar Bórgia, o Duque Valentino, como destacou o próprio Maquiavel (2000a, p. 82-83)

Alexandre VI, que, entre todos os pontífices, mostrou como um deles se podia valorizar, pelo dinheiro e pela força, e, servindo-se do duque Valentino como instrumento e, quando da chegada dos franceses, fez tudo quanto se disse antes, a propósito da ação do duque. E, embora seu objetivo não fosse tornar a Igreja poderosa, tudo aquilo que o duque fez foi pela grandeza desta, que, após a morte de Alexandre, e morto também o duque, herdou os trabalhos que este realizara.

Não é a intenção deste trabalho fazer uma discussão acerca da atuação da Igreja durante a Idade Média e muito menos debater sobre se suas atitudes foram boas ou ruins. Apenas focaremos nas questões a que Maquiavel (2000a) fez referências. Podemos, então, destacar que o legado deixado pelo pontificado de Alexandre VI foi uma Igreja extremamente fortalecida. O poder temporal que a Igreja atingiu jamais fora visto até aquele momento. Portanto, Maquiavel (2000a) enfatizou que isso a fez se tornar uma das principais barreiras a ser derrubadas para que a unificação ocorresse, pois, em pleno século XVI, Alexandre VI conseguiu fortalecer a instituição de forma que superá-la seria uma tarefa muito mais complicada. A Igreja Católica nesse período se fortaleceu muito no campo temporal e a consequência disso tudo era sabida por Maquiavel (2000a). Apesar de esse autor ter louvado a atitude dos papas subsequentes a Alexandre VI, o que podemos perceber é que o desejo dele era que surgisse alguém com as qualidades deste papa e que pudesse ser o responsável por unificar a Itália. Apesar de, como ficou claro acima na citação, Alexandre VI não ter feito nada pensando na Igreja, os resultados do poder atingido pela mesma eram irrefutáveis.

Maquiavel não era o antirreligioso que muitos podem supor. Ao contrário da visão equivocada que o termo maquiavélico pode representar, ele defendia a instituição religiosa. A religião, para ele, era algo muito útil e regulador, desde que não se sobrepusesse ao Estado. Nesse aspecto, podemos afirmar que era nesse ponto que estava a questão principal do embate entre poder papal e poder real. Esse embate foi o tema principal das obras dos autores

medievais João Quidort⁵ e Egídio Romano⁶, entretanto, Maquiavel escreveu suas obras num contexto em que o poder da Igreja já estava consolidado e também era muito superior do que havia sido com seus antecessores, como já foi mencionado acima. Vejamos o exemplo que Maquiavel (1970, p. 139) destaca sobre a religião na Roma antiga:

Examinando bem tudo, concludo que a religião introduzida por Numa em Roma foi uma das principais causas da ventura dessa ilustre cidade, pois que introduziu no seu seio regras úteis, que engendraram, por sua vez, um fado feliz e, desse fado favorável, decorreram todos os sucessos que coroaram seus empreendimentos. E, como a observância do culto divino é a fonte da grandeza dos Estados, assim a negligência pelo culto é a causa da ruína dos povos. Onde não existe o temor de Deus, é preciso que o império sucumba ou que seja sustentado pelo temor de um príncipe capaz de substituir a religião.

Qual é a mensagem que Maquiavel procurou transmitir nessa citação? A importância da religião é algo explícito nessa citação. Mas o que merece destaque é quando ele trata da negligência da religião. Para ele, a Igreja só seria importante se cumprisse o papel de complemento ao Estado, mas era preciso fazer uma separação: religião e Igreja deveriam ser entendidas como coisas diferentes e, quando essa complementação não ocorresse e a Igreja se tornasse um obstáculo, isso poderia causar a ruína do Estado.

Religião é um instrumento de fé, enquanto que a Igreja é um instrumento político e isso pode causar intrigas, como a inúmeras que houve em toda a história da Igreja Cristã Católica. A Igreja precisava ser um instrumento do Estado e não um concorrente dele. O Estado deveria valer-se da religião para fins políticos como mais um instrumento de controle

⁵João Quidort (1270?-1306), ou também conhecido na literatura como João de Paris, consiste em um dos mais importantes filósofos da medievalidade. Este autor deu destaque as discussões acerca dos limites entre o poder papal e o poder real, tão em voga durante o contexto dessas disputas entre Igreja e rei. Monge Dominicano e professor de Paris, sua principal obra foi escrita no início do século XIV e traz consigo toda a metodologia de análise proposta pela escolástica que certamente atesta que Quidort foi muito influenciado pelo mestre Tomás de Aquino. O livro *Sobre o Poder Papal e o Poder Real* foi uma dura crítica aos defensores do poder direto do papa em questões de âmbito civil. Entretanto, segundo Luis Alberto de Boni (1989), Quidort não tratou o pontífice de maneira desrespeitosa com fizeram outros defensores do poder real. João Quidort fez uma análise mais centrada na questão de jurisprudência, tendo como princípio a Bíblia e Tomás de Aquino, observando até aonde vai o poder papal e como se organiza o poder real, bem como suas atribuições (cf. BONI, Luis A. de. Introdução. In: QUIDORT, João. **Sobre o Poder Régio e Papal**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989a. p. 9-33).

⁶Egídio Romano (1247-1316) ingressou na ordem agostiniana por volta de 1260, onde foi aluno do mestre Tomás de Aquino. Foi exímio estudioso e a incursão no campo político o fez tornar-se preceptor de Felipe, o Belo. Foi durante esse período que escreveu uma de suas principais obras, *De regimine Principum*, que foi o livro mais lido na Idade Média (BONI, 1989b).

do príncipe. Não obstante, o que nos parece é que havia grande descrença na Instituição Igreja, que, conseqüentemente, era a representante da religião.

Até a emergência desses Estados, a Europa Ocidental tinha a Igreja Católica como a principal esfera do poder, fosse ele no âmbito espiritual quanto terreno. Sua estrutura hierárquica, consolidada em grande parte ainda na Alta Idade Média (séc. V a X), tornava a Igreja a Instituição mais poderosa do Ocidente europeu e que viria a ser considerada a grande barreira a ser transposta para a consolidação das monarquias. Segundo Raquel Kritsch (2002, p. 206):

A emergência dos Estados modernos eliminaria boa parte das normas e valores feudais. Mesmo assim, em nossas modernas instituições políticas sobreviveria ao menos um elemento que remontava diretamente a essas origens feudais: a noção de que a relação entre governantes e cidadãos se baseava no contrato mútuo, o que significava terem os governos direitos e deveres, e ser legítima a resistência, fosse majestoso ou ungido, era também um senhor feudal que tinha relações contratuais com seus homens e, por extensão, com a nação. Mas até que se chegasse no [sic] Estado territorial moderno, algumas transformações políticas fundamentais ainda teriam lugar, a principal delas a disputa pelo poder último de fazer cumprir a justiça, isto é, nos termos dos medievais, pelo “vicariato de Cristo” na terra.

A citação acima faz parte de um estudo realizado sobre a questão da soberania que se estava buscando na Europa Ocidental no contexto da Baixa Idade Média e como esse fato gerou inúmeras disputas entre a Igreja e os reinos emergentes. Mesmo estando em um contexto anterior ao estudado aqui, não podemos deixar de destacar que a importância dessa instituição atravessou períodos históricos. O Estado territorial moderno que foi destacado acima é a organização social a qual Maquiavel defendeu e que, para que esse Estado se consolidasse, necessitaria de um governante que reunisse todos os atributos capazes de fortalecê-lo institucional e territorialmente. Em suma, além dos fatores territoriais e políticos, a justiça também era dominada pela Igreja, ou seja, esta possuía domínio pleno.

A falta de um governante forte que pudesse dar cabo aos problemas políticos da Península Itálica foi o ponto central da discussão proposta por Maquiavel nas obras aqui analisadas. Tanto nos *Discorsi* quanto em *O Príncipe*, o autor fez um resgate na História ou descreveu uma situação que o incomodava. Na busca de dar o caminho a ser seguido, ele direcionou bastante atenção a essa questão religiosa dentro da Itália, pois entendia que o clero consistia em um grupo extremamente organizado e dificilmente poderia ser suplantado se esse

príncipe não tivesse o pulso firme em seus atos, como bem destacamos ao longo deste capítulo. Em suma, o autor prossegue:

Não basta, pois, para a felicidade de uma república ou de um reino, ter um príncipe que governe com sabedoria durante a vida; é necessário que se possua um que organize o Estado de modo que, mesmo depois de sua morte, o governo permaneça em plena vida. Embora seja mais fácil fazer experimentar a homens bárbaros as doçuras da ordem e das instituições novas, não é, entretanto, impossível inspirar o amor delas aos que são civilizados ou se vangloriam de o ser (MAQUIAVEL, 1970, p. 140).

A citação acima é importante por dois motivos. Primeiro: é com relação à incessante referência que Maquiavel deu para a felicidade que um Estado precisava ter. Embora esse tema seja tratado de forma mais profunda em nossa segunda parte, cabe aqui um esclarecimento a título de introdução. Era necessário, para que essa felicidade fosse atingida, que o governante fosse capaz de fortalecer o Estado e que seus feitos fossem duradouros mais do que sua vida. O príncipe necessitava das qualidades e das ações propaladas pelo Papa Alexandre VI, que, conforme foi mencionado anteriormente, fortaleceu a Instituição Igreja, fazendo-a permanecer forte mesmo após morte desse papa, em 1503.

Segundo, porque Maquiavel (1970) afirmou que era mais fácil submeter à lei e aos bons costumes os bárbaros do que aqueles que se diziam instruídos. Aqui, Maquiavel (1970) está se referindo diretamente às dificuldades que esse governante teria para fazer o clero se curvar diante dessa nova organização social. A aristocracia feudal e o clero compunham a classe dominante do período em questão. O alto Clero, grupo que era ligado aos assuntos políticos, tinha seus cargos mais importantes monopolizados pela aristocracia. Não é difícil entender a razão pela qual a Igreja possuía, entre os seus clérigos, o que havia de melhor em termos de capacidade intelectual.

A produção filosófica e intelectual da sociedade medieval europeia provinha do clero. Não obstante, muitas de suas formulações intelectuais foram utilizadas pelos reis das monarquias emergentes, como foi o caso de Felipe IV, o Belo, da França, no século XIV. Por fim, o que devemos deixar em evidência era o tamanho poder que a Igreja tinha e, como já foi mencionado, que essa consistia em uma das principais barreiras a serem transpostas nesse processo de centralização política que a Europa estava vivenciando, tanto no plano social,

econômico ou político. Maquiavel (1970, p. 140-141) analisou pormenorizadamente a situação que envolveu a Igreja na Península Itálica.

Os príncipes e as repúblicas que querem impedir o Estado de se corromper, devem, sobretudo, manter nele, sem alteração, as cerimônias da religião e o respeito que elas inspiram, pois o mais seguro indício da ruína de um país é o desprezo pelo culto dos deuses. É fácil trabalhar eficazmente nesse sentido quando se souber sobre quais fundamentos está estabelecida a religião de um país, porque toda religião tem por base de sua existência alguma instituição principal.

Quando o autor destacou que toda religião tinha por base de sua existência alguma instituição principal, foi uma forma de expressar que ela possuía valores a serem protegidos. Ou seja, quais eram os valores que essa religião preservava? Pois, como já fora citado acima, a aristocracia, os gentis-homens monopolizavam os principais cargos eclesiásticos. Fustel de Coulanges (1988) fez uma análise primorosa sobre a importância das instituições religiosas na Antiguidade e sociedades primitivas. Para ele, a religião tinha o papel de preservar os valores de determinada família, estabelecendo regras de convívio entre seus membros, e para isso foi criada uma cadeia de obrigações ritualísticas que visava a essa proteção institucional. Dessa forma, a religião começou a possuir *status* de regulador do convívio social. A partir do momento em que a religião se torna um instrumento de dominação que atende aos anseios de poucos, isso faz com que ela perca sua finalidade e também sua credibilidade, como ocorreu nos oráculos antigos da Grécia, Roma e Egito. Mas não diferente, ocorreu também na região da Itália, como exposto a seguir:

Claro que, se a religião se houvesse podido manter na república cristã assim como seu divino fundador a tinha estabelecido, os Estados que a professam teriam sido bem mais felizes do que o são hoje. Como decaiu porém! E a prova mais convincente da sua decadência é ver que os povos mais vizinhos da Igreja Romana, essa capital da nossa religião, são precisamente os menos religiosos. Se se examinasse o espírito primitivo de suas instituições, se se observasse quanto a prática dele se afasta, julgar-se-ia com facilidade que tocamos o momento decisivo da ruína e do castigo (MAQUIAVEL, 1970, p. 142).

Em resumo sobre o que foi citado acima, percebemos que a Igreja, nas condições em que se encontrava, não fornecia qualquer contribuição para a unificação e fortalecimento da

Itália, visto que a população estava descrente dessa instituição. Embora essa tenha sido uma questão desenvolvida a fundo por Martinho Lutero (1995), a decadência da Igreja Cristã a que Maquiavel se referiu foi com relação à temporalização que ela sofreu. As práticas infames que eram comuns ao clero, como a venda de indulgências, a prática da simonia, dentre outras, acabaram por transformar a Igreja em um grande negócio comercial. Isso não passou despercebido. A Igreja se afastou de suas origens religiosas e se aproximou cada vez mais dos assuntos de política e poder. Essa é a justificativa que podemos entender na citação acima. O autor utilizou vários argumentos para demonstrar isso:

E, como algumas pessoas pretendem que a felicidade da Itália depende da Igreja de Roma, alegarei contra essa Igreja várias razões que se oferecem a meu espírito, entre as quais há duas sobretudo, extremamente graves, às quais segundo me parece não há objeções. Antes de tudo, os exemplos de culpabilidade da corte de Roma extinguiram nessa região toda devoção e toda religião, o que traz como consequência uma multidão de inconvenientes e desordens, e como em toda parte onde a religião reina deve-se crer na existência do bem, assim onde ela desapareceu deve-se supor a presença do mal (MAQUIAVEL, 1970, p. 142-143)

Em suma,

É, pois, à Igreja e aos padres que nós, italianos, devemos a primeira obrigação de sermos sem religião e sem costumes; mas nós temos outra razão bem maior ainda, que é a fonte de nossa ruína: é que a Igreja sempre acoroçoou e continua a acoroçoar a divisão deste desventurado país. De facto, não existe união e felicidade senão para os Estados submetidos a um governo único e a um único príncipe, como na França e a Espanha dão o exemplo (MAQUIAVEL, 1970, p. 142-143).

O que fez despertar essa ojeriza em Maquiavel (1970) era o impedimento que a Instituição em questão representava para a consolidação do Estado centralizado na Itália. A Igreja não trazia devoção, mas descrença. Não contribuía para a harmonia da sociedade, mas desagregava. Não proporcionava o bem comum e, definitivamente, precisava ser submetida, de alguma forma. A Igreja deveria ser uma instituição que pregasse valores nacionais. Logo, em tese, deveria ser a primeira a buscar a unificação da Itália, mas era ela o fator que provocava a divisão desse país.

A submissão da Igreja na França ocorreu após muitas lutas entre o papa e os príncipes. Mas estamos falando de príncipes franceses e um papa italiano. Entretanto, o que parece é que, nesse caso, pelo menos, essa submissão da igreja a um poder central, deveria se apresentar mais simples, já que estamos falando da região onde ficava a sede do papado, porém isso não ocorria. Isso parecia ser incompreensível para o pensador e cidadão Nicolau Maquiavel. O autor foi bem claro em suas palavras e creditou toda culpa à Igreja romana:

A causa pela qual a Itália não se acha mais na mesma situação, e não está submetida a um governo único, seja monárquico, seja republicano, é unicamente a Igreja, que, tendo possuído e gozado o governo temporal, não teve bastante poder, nem bastante coragem, para apoderar-se do resto da Itália e tornar-se absoluta soberana. Por outro lado, ela nunca foi bastante fraca para não ter podido, com receio de perder sua autoridade temporal, chamar em seu auxílio algum príncipe que a viesse defender contra aquele que se tivesse tornado temível ao resto da Itália (MAQUIAVEL, 1970, p. 143).

A Igreja, na verdade, tendo ela medo de perder sua soberania, acabava por impedir que essa unificação ocorresse. O autor foi enfático em suas afirmações. Segundo Maquiavel (1970), a Igreja não unificava a Itália porque não queria ou não tinha poder para isso mesmo que quisesse. Mas, ao mesmo tempo, esse seu fraco poder político já era suficiente para anular qualquer tentativa de unificação posta em prática pelos príncipes seculares.

Como já mencionamos anteriormente, Maquiavel (1970 e 2000a) não foi o primeiro a fazer severas críticas à Igreja com relação ao empecilho que a mesma representava à consolidação da unificação. Vivendo em um contexto bastante diferente, Alighieri (2003, p. 80) expressou todo o seu repúdio a essa instituição e afirmou com todas as letras que “não somente os asiáticos como os africanos, mas a maior parte dos habitantes da Europa detesta esse poder”. Dante não foi o pioneiro a pregar a separação de Estado e Igreja, pois João Quidort (1989) também o fizera. O que percebemos, na forma com que Dante se expressou, foi um profundo descontentamento em relação aos desmandos provocados por essa instituição religiosa.

Maquiavel, além de ter conhecido com propriedade os males e suas causas, construiu um perfil de governante que poderia dar cabo ao sofrimento dessas repúblicas e principados. Todavia, trataremos desse perfil de príncipe e da forma como as instituições deveriam funcionar na próxima parte do nosso estudo.

2 O PERFIL DO GOVERNANTE E A PRÁTICA POLÍTICA

2.1 O OBJETIVO POLÍTICO DE MAQUIAVEL E AS FINALIDADES DO ESTADO

Qual era o objetivo político de Nicolau Maquiavel, realmente? Não nos restam dúvidas de que ele queria que a Itália atingisse o esplendor alcançado pela sua ancestral Roma, no período da Antiguidade Clássica. Contudo, para isso, seria preciso seguir alguns caminhos que ele mesmo traçou ao longo de suas obras. Os caminhos para atingir tal objetivo eram unir o povo italiano em torno de um príncipe virtuoso que fosse competente em termos militares, que tivesse sagacidade política, que fosse ardiloso, dissimulado, racional, violento quando necessário, independente e inteligente o suficiente para libertar os italianos de suas guerras internas e das agressões externas. Era necessário ainda que fosse virtuoso para criar as instituições políticas, militares, econômicas, tributárias, parlamentares, jurídicas, etc., que constituiriam a nova ordem política da Itália e que já era a realidade nos países como França e Espanha, como o Maquiavel deixou claro ao longo dos seus textos. Em resumo, todos esses atributos eram o que ele denominava *virtú*. Se aparecesse uma pessoa com esse perfil, essa não teria problemas com sua aceitação, conforme destacou:

Desse modo, não se deve desperdiçar tal ocasião, para que a Itália, após tanto tempo, ache seu redentor. Não tenho palavras para expressar o amor e o entusiasmo com que seria ele recebido em todas as províncias que sofreram assaltos e invasões estrangeiras, nem com que vontade de vingança, com que fé obstinada, com que piedade, com que lágrimas. Que portas lhe seriam cerradas? Que povos lhe negariam obediência? Que inveja se lhe oporia? Qual italiano seria capaz de recusar-lhe favor? (MAQUIAVEL, 2000a, p. 150-151).

A Itália era naquele contexto de sofrimento o ambiente propício para que pudesse florescer alguém com pulso para realizar essas transformações. O autor fez o seguinte destaque:

Assim também, hoje, para conhecer o valor de um príncipe italiano, far-se-ia necessário que a Itália chegasse aonde se acha nesse momento. Que se visse mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida do que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, e que houvesse, por fim, suportado toda sorte de calamidades (MAQUIAVEL, 2000a, p. 147).

Para isso, fosse quem fosse que estivesse à frente desse governo deveria estar ali por merecimento, por possuir características condizentes com as de um governante de valor. Não deveria ser esse governante apenas fruto de hereditariedade ou acordos políticos. Embora o próprio Maquiavel (2000a) tenha destacado, houve tentativas de mudanças por parte de alguns governantes, mas no momento mais importante de suas ações estes foram abandonados pela fortuna. O autor é bastante dramático na maneira em que implorava pelo surgimento de um líder:

Desse modo, parecendo como sem vida, a Itália aguarda quem lhe possa curar as feridas e que detenha o saque da Lombardia, os tributos do reino de Nápoles e da Toscana, e que faça sarar suas chagas de há muito apodrecidas. Verifica-se que roga ela a Deus o envio de alguém para redimi-la das crueldades e insolências dos estrangeiros. Nota-se, igualmente, que está pronta e disposta a seguir uma bandeira, desde que haja quem a levante (MAQUIAVEL, 2000a, p. 147-148).

O sentimento de tristeza era forte nas palavras de Maquiavel. Até aquele momento não havia aparecido ninguém que pudesse dar cabo ao sofrimento dos italianos. A Itália seria a prova de fogo para se saber se esse ou aquele homem possuía as competências necessárias para gerir um Estado, alguém que estivesse ali por ter comprovado ser a pessoa mais apta a ocupar o trono em que se assentaria seu poder. Um governante precisaria ter pulso firme nas atitudes e competência. Observemos o que o autor destacou:

Quando se tratou de eleger um chefe, cessaram de ir em busca do mais corajoso e escolheram o mais prudente e, sobretudo, o mais justo; mas, tendo o príncipe vindo, em seguida, começado a reinar por direito de sucessão e não por sufrágio do povo, os herdeiros degeneraram logo de seus antepassados (MAQUIAVEL, 1970, p. 104).

Não entraremos aqui no mérito das sucessões, mas nos restringiremos apenas à capacidade e perfil do governante. Não obstante, precisamos deixar clara essa passagem para melhor compreensão do trabalho, pois um governo hereditário, apenas pelo simples fato do direito ao governo e não pelo mérito, consistiria em uma das grandes ruínas a que qualquer Estado estaria sujeito. Todavia, estaria Maquiavel (1970) relatando essas divergências ocorridas na Roma Antiga e em outras regiões do mesmo período no intuito de propor alguma coisa? Nas passagens citadas até aqui isso fica evidente.

O contexto da Florença de Maquiavel estava repleto de disputas políticas que envolviam reis, Igreja, aristocratas, nobreza, além da constante ameaça exterior. Por fim, quando Maquiavel (1970) destacou que as Instituições mais valorosas de Roma surgiram em meio às grandes revoltas e ao caos por que por muitas vezes ela atravessou, não estaria ele sugerindo que a semelhança de tais contextos não poderia proporcionar a Florença o surgimento de Instituições que pudessem colocá-la novamente no caminho do desenvolvimento e da estabilidade política? Dessa forma, devido à similaridade de tais contextos, o que estaria faltando para que esse sonho fosse concretizado? A resposta é mais uma vez a necessidade de uma pessoa que possuísse atributos e méritos próprios que o tornariam governante por merecimento, não por qualquer outra qualidade. A situação da Itália não era fruto da fortuna, mas sim de uma sucessão de erros. Aliás, esse conceito é indispensável para compreendermos a obra do autor. O que seria então a fortuna? Teria, então, um governante capacidade para controlar algo que dependia tanto do acaso e, por que não dizer, da sorte? O autor descreveu a fortuna com a seguinte metáfora:

Acredito poder ser verdadeiro o fato de que a fortuna arbitre metade de nossas ações, mas que, mesmo assim, ela nos permita governar a outra metade quase inteira. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se enfurecem, transbordam pelas planícies, acabam com as árvores, as construções, arrastam montes de terra de um ponto a outro; tudo foge diante dele, tudo se submete a seu ímpeto, sem conseguir detê-lo, e, embora as coisas aconteçam assim, não é menos verdade que os homens, quando a calma retorna, são capazes de fazer consertos e barragens, de sorte que, em outra cheia, aqueles rios estarão correndo por um canal, e seu ímpeto não será nem tão livre nem tão nocivo. Assim também se passa com a fortuna; seu poder se manifesta onde não há resistência organizada, voltando ela a sua violência apenas para onde não se construíram diques nem se fizeram reparos para contê-la (MAQUIAVEL, 2000a, p. 133-144).

A metáfora empregada por Maquiavel (2000a), para demonstrar o significado da fortuna, é condizente com a situação vivida pela Itália conforme estamos destacando ao longo desta dissertação. A situação política da região era devastadora. Embora comparar a Itália com uma situação semelhante a um desastre natural possa parecer bastante ingênuo de nossa parte, já que em muitos casos o que se percebe é a incompetência política, o que ficou evidente é que não houve instituição ou governante que possuísse as virtudes necessárias para consertar essa situação. Um governante que construísse um dique para evitar a devastação política, que fizesse uma barragem contra a corrupção e os desmandos políticos ou que pudesse conter o ímpeto devastador da situação retratada por Maquiavel (2000a). Parece que, ao invés da situação de sofrimento de Florença se atenuar, cada vez que uma crise política se acentuava, seus efeitos eram ainda mais devastadores e destrutivos. O autor foi explícito:

Se considerardes a Itália sede e origem dessas revoluções, constatareis que ela se parece a um lugar sem diques e sem barreiras, e que, se fosse protegida de maneira adequada, como o são a Alemanha, a Espanha e a França, ou as cheias não provocariam as alterações que há, ou nem mesmo teriam ocorrido (MAQUIAVEL, 2000a, p. 144).

Mas havia uma solução para tudo isso? Maquiavel (1970 e 2000a) buscou entender essa situação e procurou na História os caminhos que poderiam ser trilhados para que um futuro governante lograsse êxito em sua empreitada. Assim, procuraremos demonstrar, com base nos seus escritos, cada um desses caminhos propostos por ele.

2.2 O PERFIL PESSOAL DO PRÍNCIPE: VIRTUDES (*VIRTÚ*)

As virtudes de um príncipe são passagens importantes da obra de Maquiavel e acreditamos que tenha sido a questão principal da obra *O Príncipe*. Lançando mão de uma vasta pesquisa histórica, Maquiavel (2000a) descreveu quais seriam essas virtudes, buscando moldar um perfil de príncipe ideal para que este governasse a Itália. Embora afirmemos que ele estava procurando propor um perfil ideal de príncipe, as virtudes deste não seriam baseadas em contos de fadas ou na mitologia. Esse perfil apontado por Maquiavel (2000a)

seria fruto da experiência histórica que já mencionamos, contemporizando com a situação vivida, sempre que necessário, como bem destacou o autor: “julgo feliz, também, o que harmoniza sua maneira de agir com as características de cada época, e infeliz aquele cujo modo de proceder discorda dos tempos” (MAQUIAVEL, 2000a, p. 144). Antes de entrarmos a fundo nas virtudes defendidas por Maquiavel, acreditamos ser pertinente apresentar, de forma breve, alguns pontos de vista sobre esse tema.

Primeiramente é preciso destacar o objetivo principal que o governante precisava ter para com seu povo. Essa discussão a respeito do perfil do governante foi a tônica dos denominados “*Espelhos dos Príncipes*”¹, tipo de literatura tão comum no período medieval e que teve como objetivo educar o príncipe para seu futuro reinado. Muitos autores escreveram esse tipo de manual. Egídio Romano (1989), preceptor de Felipe IV, o Belo, escreveu *De regimine Principum*. Antes deste, Tomás de Aquino²(1997) já havia escrito *Do reino ou do governo dos príncipes ao Rei de Chipre*. Acreditamos ser importante para este trabalho apresentar, de forma breve, qual era a tônica desse tipo de literatura. Para isso, destacaremos algumas passagens da obra de Aquino.

Para Tomás de Aquino, a fonte de todo governo régio deveria ser a Bíblia Sagrada e a finalidade desse governo, o bem comum do povo. A finalidade terrena de um governo era garantir a paz ao cidadão, “assim tanto mais útil será um regime, quanto mais eficaz for para conservar a unidade da paz” (AQUINO, 1997, p. 131). Mas o fim último mesmo, o que o governante sempre deveria ter em vista, era o de alcançar a graça divina. Percebemos aqui um fim religioso. Além disso, a posição que esse governante deveria tomar com relação ao poder clerical era sempre de submissão, visto ser o papa o herdeiro de Pedro e este, o fundador da Igreja de Cristo.

Não é muito difícil apontar as diferenças entre o pensamento de Maquiavel e o de Tomás de Aquino. Não é objetivo nosso fazer uma comparação entre ambos, mas precisamos esclarecer que boa parte dos conflitos que existiram no contexto de que estamos tratando se

¹Estes são “uma espécie de manual no qual o autor procura ensinar-lhes como devem se comportar para serem bons príncipes. Para os autores desses escritos, a principal arma da qual dispõe um governante para conservar seus domínios é o respeito as leis de Deus e o cultivo das virtudes cristãs ensinadas na Igreja e reconhecidas como verdadeiras por todos os que escrevem sobre a matéria. Se não se desviarem dos caminhos apontados nos livros, os príncipes poderão esperar alcançar o reconhecimento de seus súditos e a paz, que era considerada o valor maior no mundo da política” (BIGNOTTO, 2007, p. 53).

²Tomás de Aquino nasceu em Roccasecca em 1221. Apesar da hostilidade da família, entrou para a ordem dos dominicanos, e de 1248 a 1252 foi discípulo de Alberto Magno. A seguir, ensinou em Paris e depois nas principais universidades europeias (Colônia, Bolonha, Roma e Nápoles), conforme era costume dos dominicanos. Morreu em 1274 no mosteiro de Fossanova (REALE; ANTISERI, 2005, p. 211).

deu pela permanência de instituições que ainda se comportavam como na Idade Média. Enquanto para Tomás de Aquino a Bíblia era a única fonte de inspiração do governante, para o florentino era a experiência histórica e a experiência dos acontecimentos contemporâneos.

A finalidade do governante, para Aquino (1997), era conservar a felicidade do povo, e, embora Maquiavel tenha também destacado isso, este acreditava que o meio pelo qual se atingiria essa felicidade era completamente diferente. Para Maquiavel (2000a), o Estado estava acima de qualquer indivíduo. Somente o Estado poderia proporcionar a paz de que cada cidadão necessitava. Enfim, as diferenças entre os pontos de vista são inúmeras.

Primeiramente, o príncipe precisava ter um perfil específico. Analisando a história de homens que receberam o trono por direito, com relação à hereditariedade, Maquiavel (2000a) destacou que só isso não bastava. Era preciso ter alguns quesitos indispensáveis para o exercício do poder. Um deles era com relação à perspicácia em saber a maneira exata de agir, ora com violência, ora com benevolência. Citando o exemplo dos principados mistos, ele fez a seguinte descrição:

Os Estados conquistados e anexados a um Estado antigo, quando da mesma província e da mesma língua, são facilmente subjugados, em particular quando não estão habituados a viver livres. Para garantir o domínio desses Estados, basta aniquilar a linhagem do príncipe que antes o dominava, uma vez que, mantendo na antiga condição as outras coisas, e não havendo diferenças de costumes, os homens vivem em paz. (...) Para preservá-los, o conquistador deve levar em conta duas regras: primeira, extinguir a linhagem do antigo príncipe; segunda não mudar nem leis nem impostos. Assim, num período muito breve, ter-se-á consumada a união do antigo Estado (MAQUIAVEL, 2000a, p. 42).

Apesar de não ter escrito literalmente a frase “os fins justificam os meios”, nesse excerto acima podemos entender parcialmente onde está a raiz dessa afirmação. O objetivo do príncipe não era unificar um Estado? Segundo Maquiavel (2000a), sim. Para tanto, o príncipe precisava lançar mão de táticas e estratégias que muitas vezes poderiam não ser consideradas as mais humanamente aceitáveis, mas que, de fato, resolveriam o problema. No caso acima, o príncipe precisaria ter inteligência para aniquilar a linhagem do antecessor para evitar que a mesma pudesse vir a causar-lhe problemas e colocar a perder a unificação em andamento. Aniquilar pode ser um termo bastante agressivo, mas no contexto em que Maquiavel (2000a)

escreveu, com tanta debilidade nas instituições, não restava ao príncipe outra alternativa que não fosse fazer isso.

Outro detalhe é com relação à manutenção dos costumes, principalmente das leis e dos impostos. Maquiavel (2000a) sabia muito bem que a questão financeira era um assunto muito delicado para um governante. Tanto é que esse autor dedicou um capítulo para debater isso e que veremos logo adiante. Mas, com relação aos costumes, podemos afirmar que a manutenção destes faria com que o novo súdito, conquistado por meio dessa anexação, tivesse nesse novo governante confiança.

O príncipe também deveria se precaver com relação aos poderosos da nova região dominada, já que estes, no governo anterior, eram detentores de poder e, caso viessem a perder essa posição, lhe seriam inimigos. Em resumo, o príncipe precisava ser um homem astuto, perspicaz e ágil para poder resolver os problemas do Estado em seus diversos estágios para que mal maior fosse evitado. Nas palavras de Maquiavel (1970, p. 161):

A reforma parcial e sucessiva deve ser provocada por um homem esclarecido, que saiba descobrir de longe os inconvenientes, assim que aparecem. É possível que homens dessa têmpera não nasçam jamais numa cidade, e, quando aparece um, jamais consegue convencer seus concidadãos dos vícios descobertos pela sua previsão, pois os homens habituados a um modo de vida não querem mudar, sobretudo quando não se deparam com o mal, que só lhes pode ser indicado por conjecturas.

Em resumo, é evidente o constante alerta que fez Maquiavel (1970) aos governantes com relação aos inúmeros percalços que estes teriam ao assumir, por meio da conquista, um reino ou Estado.

Outra característica importante do perfil desse governante era o pulso firme que o mesmo deveria ter para proceder às reformas e à organização das instituições que comporiam o Estado. Para justificar essa afirmação, Maquiavel (2000a) citou inúmeros exemplos ocorridos ao longo da História. O autor sabia perfeitamente das dificuldades que um reino possuía para conseguir uma sequência de governantes que pudessem manter as instituições em pleno funcionamento. Entretanto, para que isso pudesse ocorrer e um Estado pudesse gozar de uma sequência de excelentes governantes, este precisaria contar também com a sorte.

Apesar de o príncipe ser um sujeito que estaria à frente do Estado, aquele não governaria sem o apoio dos seus súditos. Maquiavel (2000a) também se manifestou com relação a isso e afirmou que o príncipe deveria ter com os seus súditos uma relação de respeito mútuo. A inconstância nas atitudes do príncipe poderia provocar efeitos indesejados, pois os súditos perder-lhe-iam a confiança e uma das principais bases do governo ruiria. Por isso, Maquiavel (1970 e 2000a) tanto defendia as leis, como forma de se garantir harmonia e equilíbrio, no entanto, discutiremos isso mais adiante.

No que se trata da relação príncipe e súdito, qual seria a imagem que esse governante deveria passar ao povo? Primeiramente, era necessário que o príncipe se fizesse amigo do povo em qualquer circunstância. Tornar-se príncipe pela vontade do povo era mais seguro do que com o apoio dos poderosos. O fato era que o governante deveria saber agir com equilíbrio para não perder o apoio nem de um nem de outro. Assim, Maquiavel (2000a, p. 74) destacou:

O pior que um príncipe pode esperar de um povo que lhe é contrário é ser abandonado por ele. Da inimizade dos poderosos, no entanto, ele não deve temer apenas o abandono, mas também o ataque, porque estes possuem visão mais ampla e mais astúcia, e sempre têm tempo de se salvar, aproximando-se dos prováveis vitoriosos. O príncipe também precisa viver sempre com o povo, embora possa prescindir dos poderosos, uma vez que pode fazer e desfazer, cada dia, e dar-lhes ou tirar-lhes influência, à sua vontade.

Maquiavel (2000a) sabia perfeitamente que os poderosos possuíam uma queda por cargos e benefícios. Conforme ficou claro na citação, o fato de o príncipe possuir poderes lhe dava o direito de usá-los para conseguir o apoio dos poderosos. Maquiavel (2000a) não via problema nesse procedimento, já que esses acordos eram importantes para a governabilidade, a qual não poderia ser conquistada somente pelo autoritarismo. Em resumo, o governante deveria ter a inteligência de saber usar os seus meios para atingir os fins desejados. Como esse autor destaca, “é preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que sirva ou não disso de acordo com a necessidade” (MAQUIAVEL, 2000a, p. 99). Dentre as qualidades que levam os príncipes a serem louvados ou insultados, Maquiavel (2000a, p. 100) destacou:

Alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis; alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces, alguns são cruéis, outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e covardes ou truculentos e corajosos;

humanitários ou arrogantes; lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou fracos; sérios ou levianos; religiosos ou incrédulos, e assim por diante (MAQUIAVEL, 2000a, p. 100).

Dessa lista de atributos acima, o autor sabia muito bem que o homem, nesse caso específico os governantes, não poderia possuí-las em sua totalidade. Isso seria impossível. Mas então, o que deveria ser feito diante dessa impossibilidade? Se não podiam possuir todas as qualidades, que pelo menos evitassem os defeitos. Contudo, o governante precisaria entender que, embora muitos dos adjetivos acima parecessem virtudes, algumas deles, se mal empregados, poderiam ser a causa de sua ruína. O mesmo se dava com aquilo que nos pareceria ruim. Se bem empregado, poderia vir a ajudar fortalecer o Estado. Fato esse que reafirmou o que foi mencionado acima com relação a se saber ou não o momento de ser mau.

Um dos aspectos mais polêmicos do pensamento de Maquiavel (2000a) é seu questionamento sobre se o príncipe deveria ser temido ou amado. Analisando esse conceito dentro do contexto em que o mesmo viveu, observamos que até o mais absurdo dos pensamentos se justificaria dentro da instabilidade e desunião política pelas quais passava a Itália.

Ao príncipe, assim, não deve importar a pecha de cruel para manter unidos e com fé os seus súditos, pois, com algumas exceções, é ele mais piedoso do que aqueles que, por clemência em demasia, permitem o surgimento de desordens, das quais podem originar-se assassinios ou rapinagem. Tais consequências são nocivas ao povo inteiro, e as execuções que vêm do príncipe ofendem somente o indivíduo (MAQUIAVEL, 2000a, p. 105).

Na verdade garantir o fortalecimento do Estado, o cumprimento da lei e a ordem estava entre os principais atributos de um governante. Para isso, ele precisaria se valer de alguns pressupostos. Ser cruel era uma questão que poderia ser utilizada em última instância. Se em um Estado os pressupostos destacados estivessem funcionando conforme o ideal, não haveria a necessidade de o príncipe agir com crueldade. O que não seria permitido era que o excesso de benevolência e piedade do príncipe viesse a colocar tudo o que fora e estaria sendo conquistado a perder.

Como já afirmamos acima, esse ponto consiste em um dos aspectos mais polêmicos do pensamento de Maquiavel (2000a), entretanto, compreendê-lo em sua essência é imprescindível visto que há inúmeros preconceitos com relação a sua obra. A crueldade, como fora citada por esse autor, não poderia ser gratuita. Analisando a trajetória de César Bórgia, o Duque Valentino, foi possível perceber que, por mais violento que o mesmo tenha sido, Maquiavel (2000a) soube valorizar suas ações e também compreendê-las dentro do contexto em que elas foram utilizadas. Mas quando, enfim, é a melhor hora para isso? Ser temido para Maquiavel (2000a) seria uma questão de segurança. Por exemplo:

Quando, porém, está o príncipe em campanha e tem sob seu comando um grande número de soldados, então é absolutamente preciso não se incomodar com a fama de cruel, pois, sem ela, jamais se terá como manter unido um exército, disposto a qualquer ação. Entre as admiráveis ações de Aníbal, há esta: contava com um exército numeroso, formado por homens de todas as nacionalidades, e combatia em terras alheias; e ainda assim nunca apareceu disputa alguma em seu seio, nem naquilo que diz respeito ao príncipe, tanto nos tempos bons como nos adversos. Não se pode atribuir tal fato senão a sua desumana crueldade, que, em meio a infinitas virtudes, o fez sempre adorado e terrível aos olhos de seus soldados (MAQUIAVEL, 2000a, p. 107).

Fazendo uma analogia ao exemplo acima, a crueldade pode ser considerada uma espécie de fortaleza de proteção ao príncipe. O governo não poderia ser omissivo nas questões em que seria necessário agir com firmeza, portanto, era preciso agir com energia antes que os remédios para curar as feridas expostas pela falta de pulso viessem a necessitar de maior crueldade ainda. Se o príncipe fosse omissivo nessas questões e a instabilidade do Estado viesse a ser perdida, estaria ele sendo péssimo governante para com a maioria dos seus súditos. Caso viesse a ser necessário agir de maneira mais enérgica, o príncipe apenas estaria sendo cruel com aquele que ousara colocar a ordem em risco. Assim, a vontade da maioria prevaleceria. Dessa forma, Maquiavel (2000a, p. 106) definiu esse tipo de atitude: “o príncipe não deve ser crédulo nem precipitado, nem atemorizar-se, e sim proceder com equilíbrio, prudência e humanidade, para que o excesso de confiança não o torne incauto, nem a desconfiança excessiva o faça intolerável”.

Em resumo, podemos afirmar que, para Maquiavel (2000a), seria preferível ao príncipe ser temido do que ser amado. A temeridade à qual o autor se referiu se referiu era

mais uma questão de respeito para com aquele que estava à frente de um Estado. Dessa forma, ele justificou:

Os homens costumam ser ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro; enquanto lhes proporciona benefícios, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como se disse antes, desde que a necessidade dessas coisas esteja bem distante. Todavia, quando ela se aproxima, voltam-se para outra parte. Quanto ao príncipe, caso tenha fiado integralmente em palavras e não haja tomado outras precauções, está arruinado. Porque, quando se fazem amizades por interesse, não por grandeza ou nobreza de caráter, são compradas, e não se podem contar com elas nos momentos de maior precisão. E os homens relutam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, pois o amor se mantém por vínculo de obrigação, o qual, mercê da perfídia humana, rompe-se sempre que lhes prouber, enquanto o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona (MAQUIAVEL, 2000, p. 106).

O que podemos concluir desse pensamento de Maquiavel? É que os homens costumam ser traídos mais por aqueles que lhes parecem ser dóceis do que os que lhes parecem mais duros. Os homens trocam muito rápido de senhor, basta que o seu patrimônio esteja em risco. O príncipe não se permitia ficar apenas na ameaça, era preciso que todos tivessem total clareza de que, ao menor ultraje contra ele, as punições viriam. Obviamente, contemporizando com a situação ocorrida, com cada infração, para não cometer exageros desnecessários.

Dessa forma, alertou Maquiavel (2000a), os homens não se respeitam por amor, mas sim pelo medo da punição. Assim, um governante ser temido é muito mais vantajoso do que ser amado. E era de um governante com esse perfil que a Itália de Maquiavel precisava. E qual, enfim, seria o objetivo final desse governante? Preservar o Estado.

2.3 AS INSTITUIÇÕES

A falta de instituições que pudessem aliviar o sofrimento do povo e colocar Florença em posição de destaque era a questão central do pensamento de Maquiavel. Citando o caso de Francisco Valori, um dos cidadãos mais poderosos da República florentina, o autor descreveu

que a incapacidade legal do povo de evitar suas incursões era tão grande que não havia outra forma senão pegando em armas. Entretanto, isso custou a vida a muitos cidadãos de bem e o que podemos destacar é que, se isso fosse uma constante, a República florentina poderia entrar em uma crise sem fim, pois a instabilidade provocada por esses conflitos colocaria a vida de seus cidadãos em risco e a tão cobiçada prosperidade a perder (MAQUIAVEL, 1970).

Uma afirmação feita ao início deste trabalho de que os homens buscam solucionar os problemas do seu tempo encontra-se muito explícita, visto que as constantes menções à situação por que passava Florença deixou isso bem patente e podemos concluir que isso foi um assunto chave da obra de Nicolau Maquiavel. Dessa forma, podemos afirmar que Florença passava por um momento político muito delicado e o autor buscava interpretar através da História o que estava se passando. História essa que era considerada por ele uma das principais virtudes dos homens prudentes, mas que pouco era utilizada.

Conforme abordado anteriormente, a importância da História, para o autor, consistia na principal forma de se evitar que se fizesse algo errado, principalmente no que dizia respeito à política. Não obstante, no contexto em que ele viveu, poucos se preocuparam realmente em se espelhar nos exemplos do passado:

Entretanto, quando se trata de organizar as repúblicas, de manter os estados, de governar os reinos, de regularizar o exército e administrar a guerra, de julgar os súditos, no dilatar o império, não se encontra nem príncipe, nem república, nem capitão, nem cidadão, que recorra aos exemplos dos antigos (MAQUIAVEL, 1970, p. 96).

Na Florença de Maquiavel o que imperava era o total caos político, como podemos observar em diferentes passagens dos *Discoursis*. Todos eram responsáveis pelo caos instaurado em Florença. Tanto o povo quanto os governantes, possuíam sua parcela de culpa. A leitura que Maquiavel (1970) fez dessas desavenças é que elas eram frutos da instabilidade política provocada pela falta de instituições que garantissem o equilíbrio e a liberdade de seus cidadãos. Isso fez com que Florença perdesse seus domínios e ainda por cima ficasse com a imagem arranhada entre as poucas instituições que havia ali, como ele fez questão de destacar:

Depois do ano de 1494, a cidade de Florença, tendo perdido uma parte de suas possessões, tais como Pisa e algumas cidades, o povo se viu forçado a fazer guerra contra os que haviam tornado senhores, e como esses novos possesores eram poderosos, isso trouxe como resultado, para o Estado, enormes despesas sem nenhum fruto; essas grandes despesas acarretaram outras maiores ainda, que levantaram por todos os lados o murmurar do povo (MAQUIAVEL, 1970, p. 206).

Em suma,

Como essa guerra era dirigida por um conselho de dez cidadãos, que se chamavam “os dez da guerra”, a multidão começou a levantar contra eles violentas suspeitas, como se eles tivessem sido os únicos motores das hostilidades e das despesas que a guerra ocasionava (MAQUIAVEL, 1970, p. 206).

O resultado desse conflito foi a desconfiança da população nessa magistratura, o que provocou a incapacidade desta de legislar sobre esse conflito, além disso, essa competência foi entregue a *Signoria* (nome que se dava ao governo da República florentina), o que fez afastar os homens de bem que pudessem solucionar esse conflito pela vias legais, causando maiores dores à população florentina, fazendo com que eles perdessem outros domínios, enfraquecendo politicamente muito mais a República de Florença.

Os fatos narrados acima por si só poderiam ilustrar bem o contexto e o posicionamento de Nicolau Maquiavel, entretanto, precisamos observar o que há por trás disso tudo. A confiança nas instituições democráticas parece ser a principal defesa de Maquiavel. A forma com que ele se refere à substituição do “Conselho dos Dez” pela *Signoria* reflete seu ponto de vista. Se uma instituição falha, não será com a eliminação da mesma que algo possa vir a melhorar. As instituições precisam ter em seu próprio seio as vias legais para superar as crises, pois sua substituição pode trazer mais transtornos e instabilidade além de causar desconfiança quanto à sua competência.

Todo esse contexto e as proposições destacadas por Maquiavel (1970) são imprescindíveis para podermos entender o tipo ideal de governante que estaria à frente dessa nova forma de organização social e política defendida por ele. O que fica cada vez mais

patente é a falta desse sujeito que possuísse as determinadas características. Além disso, a forma como essa pessoa deveria proceder na sua atuação frente às instituições também é parte fundamental dessa nossa dissertação.

O final do século XV, em Florença, pareceu ter sido de uma ebulição política jamais vista até aquele momento, se considerarmos as inúmeras menções a esse período histórico feitas por Maquiavel (1970, p. 225-226):

Não havia mais governo regular; era antes uma anarquia entregue à ambição do primeiro que aparecesse. Cada dia o Estado mais se afundava no abismo, e toda a multidão, horrorizada por essa queda, acusava disso, não desconfiando de outra causa, a ambição de algum homem poderoso, que incitasse as desordens na esperança de estabelecer um governo que lhe conviesse melhor, e em seguida atentar contra a liberdade.

Pelo que percebemos com o exposto, o problema é novamente a falta de um governo centralizado e, acima de tudo, de alguém que pudesse dar a Florença as condições indispensáveis ao seu crescimento econômico e político, este que era a causa central de todo o seu flagelo. O medo do retorno das velhas oligarquias ao poder estava rondando Florença e isso fazia com que o povo se mobilizasse para impedir que isso ocorresse. Esse fato foi o sinal de que os tempos eram outros, porém essa manifestação inicial estava longe de ter colocado um ponto final nesses conflitos. As desavenças entre os populares e os aristocratas ainda perdurariam por muito tempo. Aliás, era essa aristocracia, composta pelos gentis homens, a que Maquiavel (1970) se opôs veementemente.

Além de mencionar os exemplos próximos a sua terra natal, o autor faz referências também a outros países. Espanha, França e Alemanha são citadas pelo autor ora com admiração, ora com cautela. Não obstante, ele destaca as principais virtudes das instituições que existiam nesses países, buscando sempre dar um caminho a ser seguido pelos governantes. Vejamos, então, quais seriam essas instituições indispensáveis ao funcionamento do Estado, bem como elas deveriam se organizar.

2.3.1 A Instituição Militar e o monopólio das armas

Uma das principais características do Estado Moderno emergido em fins da Idade Média foi a detenção do monopólio de áreas essenciais ao seu funcionamento³. Além de garantir o seu progresso, esse sistema de monopólio tinha como objetivo evitar que dentro de seu seio viessem a surgir concorrentes que pudessem colocar sua estabilidade em risco. Esse era um princípio da soberania, em que o Estado, dentro dos seus limites, não admitiria ter ninguém que viesse a ser mais forte do que ele nem que alguma outra instituição ou organização pudesse fazer frente ao seu projeto de governo. Vamos observar como seu deu esse processo, segundo a visão de Norbert Elias (1993, p. 90):

O mecanismo que gerou a hegemonia foi sempre o mesmo. De maneira semelhante – através da acumulação de propriedades –, em tempos mais recentes um pequeno número de empresas econômicas supera seus rivais e concorre entre si até que, finalmente, uma ou duas delas controlam ou dominam um dado ramo da economia, sob a forma de monopólio.

O mecanismo de formação da hegemonia estatal foi, como descrito acima, uma conquista gradativa do poder. A substituição do modelo descentralizado medieval foi sendo substituído pelo modelo centralizado, que foi a tônica da Idade Moderna, em termos políticos.

A questão em debate é como surge esse estrutura monopolista. Na sociedade dos séculos IX, X e XI, ela definitivamente não existia. A partir do século XI – no território do Antigo Império Franco do Ocidente – vemos que ela lentamente se cristaliza. No início, cada guerreiro que controla uma gleba de terra exerce todas as funções de governo. Mais tarde, elas são gradualmente monopolizadas por um suserano, cujo poder é administrado por especialistas. Quando bem entende, inicia guerras para conquistar novas terras ou defender as suas. A aquisição de terras e as funções governamentais que lhe acompanham a posse pertencem, como também a defesa militar, à “iniciativa privada”, para usar a linguagem de uma época posterior. E uma vez que, com o aumento da população, a fome de terras se torna extremamente forte,

³Seria impertinente e desnecessário ao objetivo deste trabalho desenvolver uma discussão mais profunda sobre o mecanismo de monopolização pelo qual o processo de formação das monarquias modernas passou em fins da Idade Média. Discutir esse processo demandaria extensa explicação e o foco principal de nossa dissertação seria desviado. Entretanto, para aqueles que quiserem se aprofundar em tal tema, indicamos o clássico de Norbert Elias que está devidamente referenciado ao final deste trabalho.

a competição por elas se torna acirrada em todo país. Nessa competição, são utilizados meios militares e econômicos, em contraste com o que aconteceria no século XIX, por exemplo, época em que, dado monopólio estatal da violência física, o conflito só é realizado por meios econômicos (ELIAS, 1993, p. 98).

Em suma, dentro desse mecanismo monopolista, o fato é que os vários fatores existentes dentro de uma sociedade foram submetidos ao controle de um soberano. Apesar de Elias (1993) ter feito seu estudo mais centrado na formação das monarquias francesa, inglesa e germânica, acreditamos que, no sentido em que estamos analisando a estrutura institucional proposta por Maquiavel, existente nas entrelinhas das obras deste, o estudo de Elias (1993) é de suma importância para a compreensão desse processo, pois o escritor florentino se preocupou com essas questões.

O primeiro e mais importante instrumento de organização de um Estado deve ser o monopólio da força, marca fundamental dessa nova organização social emergente, como bem definiu Elias (1993, p. 98):

A sociedade do que hoje denominamos era moderna caracteriza-se, acima de tudo no Ocidente, por certo nível de monopolização. O livre emprego de armas militares é vedado ao indivíduo e reservado a uma autoridade central, qualquer que seja seu tipo, e de igual modo a tributação da propriedade ou renda de pessoas concentra-se nas suas mãos. Os meios financeiros arrecadados pela autoridade sustentam-lhe o monopólio da força militar, o que, por seu lado, mantém o monopólio da tributação. Nenhum dos dois tem, em qualquer sentido, precedência sobre o outro, pois são dois lados do mesmo monopólio. Se um desaparece, o outro segue-o automaticamente, embora o governo monopolista possa ser, às vezes, abalado mais fortemente num lado do que no outro.

Elias (1993) tocou em dois pontos fundamentais: monopólio da tributação e das armas. Essas são as duas áreas essenciais para o funcionamento do Estado. No contexto em que esse monopólio começou a existir na Europa Ocidental, a intenção clara dessa instituição era evitar que surgissem concorrentes em seu meio, como já fora mencionado anteriormente. O funcionamento dessas duas instituições foi objeto da preocupação de Maquiavel (2000a). Tanto o sistema de finanças como o exército foram analisados pormenorizadamente pelo escritor florentino. No caso do exército, nenhum autor antes dele havia dado tanta importância ao uso da força. Maquiavel (2000a) dedica três capítulos em *O Príncipe* para descrever a

importância do exército e, assim como as leis, o considera um dos principais fundamentos de um Estado (SKINNER, 1978).

Assim expressou Maquiavel (2000a, p. 85) “e os principais fundamentos dos Estados, sejam eles novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas. E, como não é possível haver boas leis onde não há armas boas, e onde existem boas armas é conveniente que existam boas leis, falarei apenas das armas”.

Para Maquiavel (2000a), era necessário que houvesse uma harmonia entre armas e leis para que o Estado se mantivesse estável. Um dependia do outro. Assim, o autor prosseguiu:

Direi, assim, que as forças com as quais um príncipe preserva seu Estado são ou próprias ou mercenárias, ou auxiliares ou mistas. As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas. Se alguém mantiver seu Estado apoiado nessa classe de forças, nunca haverá de estar seguro; não se unem aos príncipes, são ambiciosas, indisciplinadas, desleais, insolentes para com os amigos e covardes diante dos inimigos, não tem temor a Deus nem confiam nos homens, e o príncipe apenas adia sua ruína enquanto adia o ataque (MAQUIAVEL, 2000a, p. 85-86).

O alerta que fez Maquiavel (2000a) quanto às tropas mercenárias e auxiliares é bastante pertinente ao contexto em que ele escreveu. Uma tropa mercenária trabalhava por dinheiro. Logo, quem oferecesse mais, contaria com os melhores soldados. Assim como qualquer outro profissional, um soldado precisava trabalhar para sobreviver, porque sem trabalho não haveria soldo para suas despesas pessoais ou com a família. Por fim, o que seria desse soldado em tempos de paz? Aí estava a preocupação central de Maquiavel com relação a essa instituição.

Um dia esse soldado poderia ser seu aliado, mas, ao menor sinal da falta de trabalho, esse mesmo poderia se tornar um inimigo e vir a colocar a estabilidade do Estado em perigo. Em tempos de paz, os soldados mercenários poderiam vir a saquear a propriedade dos súditos e provocar caos ao sistema produtivo, além de crise social. Por isso Maquiavel (2000a) afirmava que um Estado que se apoiasse nessas tropas nunca estaria seguro. Além disso, esses soldados não possuíam nada a perder e muito menos respeitavam a cadeia hierárquica do exército. Em síntese, o autor afirmou:

O Estado é espoliado por elas na paz; na guerra pelos inimigos. O motivo disso é que não nutrem nem amor nem força que as conserve em campo, apenas um pequeno soldo, e isso não é o suficiente para fazer com que desejem dar a vida por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não há guerra; porém, caso esta venha, fogem ou se despedem. A mim não será muito difícil explicá-lo, uma vez que a presente ruína da Itália não tem como causa outra coisa senão o fato de, durante muitos anos, estar apoiada em forças mercenárias (MAQUIAVEL, 2000a, p. 86).

Essa citação endossa as observações que fizemos anteriormente. Dentre as questões chave, é a falta de amor à pátria, por parte desses soldados, que também chama a atenção. Não haveria identidade entre eles na hora da luta. Eles lutariam pelo dinheiro, não pelo amor aos princípios que deveriam existir no caso de uma força nacional. Como na Itália não havia esse monopólio da força, por não haver um Estado centralizado, a mesma sofreu nas mãos das tropas mercenárias, o que fez Maquiavel (2000a) observar essas atitudes e alertar os príncipes quanto aos perigos que envolviam esse tipo de instituição militar.

Da mesma forma que essas tropas poderiam possuir como inimigo um estrangeiro, nada as impediria de ter como inimigo um súdito do próprio reino, conforme podemos observar na próxima citação:

Os capitães mercenários ou são grandes militares ou não são nada; se o forem, não poderás confiar neles, pois sempre aspirarão à própria glória, quer dominando a ti, que és patrão delas, quer oprimindo outros, contra a sua vontade. Caso não sejam grandes capitães, por esse mesmo motivo irão arruinar-te (MAQUIAVEL, 2000a, p. 86).

Posto isso, qual seria solução para esse tipo de inconveniente e tornar essa instituição mais fortalecida e, principalmente, a serviço do Estado? Criando um exército nacional cujo governante fosse o líder e comandante da tropa, como Maquiavel (2000a) descreveu, tendo como base a atuação do principado e da República.

O príncipe em pessoa deve fazer-se capitão; já a república deve colocar nesse posto um dos seus cidadãos, e, caso seja a escolha infeliz, precisa substituí-lo rapidamente. Caso ele se mostre um homem valoroso, deve a república, por intermédio das leis, assegurar-se contra o capitão, de sorte que ele não exagere em suas funções. Ensina a experiência que os príncipes,

atuando por si mesmos, e as repúblicas, quando armadas, são capazes de grandes progressos, enquanto as armas mercenárias só dão prejuízos (MAQUIAVEL, 2000a, p. 86-87).

Um dos pontos essenciais da citação acima é a indiferença com que Maquiavel (2000a) tratou a questão República ou principado. Para ele, não fazia diferença, desde que seguissem os caminhos que pudessem proporcionar ao Estado segurança e estabilidade. O reconhecimento pelos bons serviços prestados também deveria fazer parte da instituição militar. Mas, ao mesmo tempo, Maquiavel (2000a) destacou a importância das leis para conter os excessos e abusos do poder. O Estado, na personificação de um príncipe ou qualquer outro governante, deveria estar sempre muito bem representado nos assuntos militares. Embora as leis fossem objetos de preocupação de Maquiavel (2000a), nós as trataremos em outra parte do nosso trabalho.

A incapacidade da Itália em se manter unida devia-se em grande parte à sua dependência das tropas mercenárias. Uma série de exemplos foram citados por Maquiavel (2000a) para justificar esse problema. Dessa forma, a Península ficava à mercê dos mercenários e isso não evitava que a qualquer momento houvesse tentativas de invasão estrangeiras, muitas delas bem sucedidas.

Maquiavel (2000a) reprovou também as tropas auxiliares, que eram um tipo de milícia organizada por algum poderoso com a finalidade de apoiar uma empreitada proposta pelo governante. De fato essas tropas não se encaixavam naquele modelo de sociedade que descrevemos no início desta discussão, pois dessa forma não teria o Estado o monopólio das armas, como já foi mencionado. Entretanto, a discussão estava focada na ambição dessas tropas. Ao contrário das mercenárias, que trabalhavam por dinheiro, as auxiliares eram uma questão mais com relação ao jogo do poder, visto que o governante, ao aceitar esse tipo de ajuda, poderia se tornar refém dessa situação, colocando a unidade do Estado em perigo. Assim definiu Maquiavel (2000a, p. 91): “Essas tropas, se podem ser úteis e boas por si mesmas, quase sempre dão prejuízos àquele que lhes reclama a presença, uma vez que, caso percam, ver-se-á aniquilado, e, caso vençam, ver-se-á delas prisioneiro”.

O autor diferenciou os perigos que tanto uma quanto a outra poderiam causar, mas enfatizou que as auxiliares eram muito piores que as mercenárias:

Com aquelas, a destruição é certa, pois que são reunidas e devotadas totalmente à obediência a outros. Já as forças mercenárias, depois de vitoriosas, têm necessidade de maior tempo e de melhor chance de prejudicar-te, pois não são um corpo unido à perfeição; ademais, por ti foram formadas e são pagas; se constituíres chefe destas um terceiro, ele não terá, de imediato, muita autoridade, a ponto de ofender-te seriamente. Em suma, nas tropas mercenárias é perigosa a covardia; nas auxiliares o mérito (MAQUIAVEL, 2000a, p. 92).

O que esse autor revelou é que a união em torno do dinheiro e não de um líder ou propósito tornava as tropas mercenárias menos perigosas. Conseguir a autoridade das tropas mercenárias era tarefa mais difícil, enquanto, nas auxiliares, o poder já vinha constituído e personificado na figura de um líder. De que maneira então deveria se comportar um governante para que o exército viesse a se tornar um aliado e não um inimigo para o estabelecimento da ordem em um Estado? É nessa questão que se situa um dos pontos chave do pensamento de Maquiavel (2000a). Para ele, a guerra era essencial. Pois, guerrear era uma arte. Sendo esta uma arte e um dos pilares principais que sustentavam um Estado, deveria, então, o exército estar sob o comando do seu príncipe.

Um príncipe não deve ter outro objetivo ou pensamento, ou manter qualquer outra coisa como prática, a não ser a guerra, seu regulamento e sua disciplina, pois essa é a única arte que se espera de quem comanda. É ela de tal poder que não apenas conserva príncipes aqueles que assim nasceram como muitas vezes permite que cidadãos de situação particular elevem-se àquela condição (MAQUIAVEL, 2000a, p. 95).

A guerra, além de ter sido definida por Maquiavel (2004) como uma arte, pode ser vista também como uma forma de demonstrar capacidade para governar. Quem lidera uma guerra ou uma tropa, tendo esse êxito, mostra-se capaz de gerir e estar à frente de um Estado. Como bem definiu esse autor na citação, tanto aqueles que eram príncipes como aqueles que poderiam vir a ter condições de se tornar um, deveriam se utilizar da guerra para comprovar suas habilidades. A capacidade era muito mais importante para Maquiavel (2000a) do que o simples direito. Era esse atributo que ele buscava no perfil do governante. Entretanto, isso não era uma regra e deveria espelhar a situação do contexto em que ele vivia. Para ele, os príncipes se preocupavam muito mais com os luxos do que com as armas. Maquiavel (1970, p. 166) alertou:

Os príncipes que reinam em nossos dias e as modernas repúblicas que não possuem soldados tirados do seu próprio Estado, para atacar ou para se defender, deveriam envergonhar-se, e ver, no exemplo que lhes oferece Túlio, que não é a falta de homens próprios para a guerra que esse erro deve ser imputado, mas que o erro vem deles próprios, que não souberam fazer de seus súditos bons soldados.

Maquiavel (2000a) creditava a culpa pela falta de soldados única e exclusivamente ao príncipe. Este deveria ser o primeiro a estar pronto para a guerra. Um príncipe precisaria ser um líder, necessitaria se adiantar aos fatos, precisaria manter um exército regular e treinado mesmo em tempos de paz, para que este não fosse pego desprevenido. Além disso, deveria esse príncipe supervisionar os treinamentos e mostrar conhecimento de causa. Exemplos esse autor citou vários: “Um príncipe que não entenda de milícia, além de outras infelicidades, como se disse antes, não merece a estima de seus soldados nem se fia neles” (MAQUIAVEL, 2000a, p. 96).

Entretanto, não era a prática constante de conflitos que faria de um príncipe líder exemplar de suas tropas. Sendo a guerra uma arte, esta precisaria de estudos para que melhor se desenvolvesse, tanto em tempo de paz como em tempos de guerra. Assim, Maquiavel (2000a) descreveu as atitudes que o príncipe deveria tomar com relação a isso:

Assim, um príncipe deve-se preocupar sempre com a arte da guerra, e praticá-la na paz mais ainda do que na guerra, e é possível conseguir isso de dois modos: pela ação ou somente pelo pensamento. Quanto a ação, além de conservar os soldados sob disciplina e sob exercício constante, deve sempre fazer grandes caçadas, nas quais, além de acostumar o corpo aos desconfortos naturais da vida em campanha, ainda aprenderá a natureza dos locais, como nascem os montes, como afundam os vales, como jazem as planícies, e conhecerá a natureza dos rios e dos pântanos, dando a esse trabalho os melhores cuidados (MAQUIAVEL, 2000a, p. 96).

Em suma, o autor prosseguiu:

Esses conhecimentos são valiosos de dois pontos de vista principais: primeiro, o príncipe aprende a conhecer bem o seu país e conhecerá mais os seus modos de defesa; segundo, pelo conhecimento e a prática naqueles lugares, reconhecerá qualquer outro, novo, que lhe seja necessário especular,

com grande facilidade, pois os montes, os vales, as planícies, os rios e os pântanos da Toscana, por exemplo, mostram algumas similaridades com os de outras cidades (MAQUIAVEL, 2000a, p. 96).

O que podemos extrair dessas lições de Maquiavel? Em primeiro lugar, a importância da ciência na arte da guerra. Quando Maquiavel (2000a) está se referindo ao costume do corpo com as adversidades, está claramente fazendo uma apologia ao preparo físico que deve ser cultivado regularmente. Um corpo não se acostuma com uma nova situação de um dia para o outro, mas sim é um longo processo de adaptação, por isso que esse autor dá ênfase a essa questão e o príncipe deveria dar o exemplo.

Em segundo lugar, o conhecimento geográfico é importante no que se refere às campanhas militares. Saber interpretar os avisos e sinais da natureza é elemento indispensável para o sucesso de uma missão. Saber os percalços de cada relevo, bem como as questões para melhor acomodação das tropas em locais onde essas pudessem tomar banhos, abastecer-se de água potável, gastar menos energias nas longas marchas, tudo isso faria com que as tropas, sob o comando do príncipe, tivessem nele muita confiança.

Isso beneficiaria o príncipe tanto na proteção do seu país quanto para o conhecimento de outro, afinal, embora as diferenças geográficas existissem, os sinais que os diferentes tipos de relevo poderiam proporcionar se assemelhavam aos de outras regiões, como bem destacou Maquiavel (2000a) acima. Isso beneficiaria o príncipe em ataques futuros.

Essas são questões práticas colocadas pelo autor. E quanto à questão do pensamento? Maquiavel (2000a) afirmou o seguinte:

Deve o príncipe ler história de países e avaliar as ações dos grandes homens, verificar como se conduziram nas guerras, analisar os porquês de suas vitórias e derrotas, para ser capaz de escapar destas e imitar aquelas; deve, principalmente, agir como teriam agido em épocas remotas alguns grandes homens, que imitavam os que antes deles tinham sido glorificados por suas ações, como se diz de Alexandre Magno que imitava Aquiles, César a Alexandre, Cipião a Ciro. (...) Um príncipe sábio deve prestar atenção a essas coisas e jamais permanecer ocioso nos tempos de paz; ao contrário, deve, com astúcia, ir juntando cabedal de que se possa servir nas adversidades, para sempre estar pronto a opor-lhes resistência (MAQUIAVEL, 2000a, p. 97).

Frisando novamente a importância da experiência histórica, essa *praxeologia*⁴ pregada por Maquiavel deveria sempre estar na rotina daqueles que pretendiam estar à frente de um Estado. Um governante prudente deveria sempre zelar pelo seu conhecimento, procurando fazer da pesquisa histórica a sua grande aliada. De fato, a passagem acima expressa ainda mais esse caráter renascentista do pensador florentino.

Por fim, reafirmamos aqui que o exército consistiu, naquele contexto, no ponto principal para que a união de um país fosse atingida e mostrar que a manutenção da estabilidade de uma nação não se fazia sem boas leis e boas armas. Dessa forma, reiteramos que o grande diferencial de Maquiavel (2000a) foi dar ênfase a essa instituição, que no seu entendimento foi tão importante para a consolidação dos Estados Nacionais Modernos.

2.3.2 O cuidado do Príncipe para com as finanças do Estado

Além do exército, o sistema financeiro foi outro pilar que possibilitou a consolidação das monarquias nacionais. Foi por meio da monopolização do sistema tributário que o Estado conseguiu proporcionar aos seus súditos condições básicas para que eles pudessem viver em uma sociedade mais harmônica, segura e confortável. Com a arrecadação dos tributos, o Estado passou a financiar obras de infraestrutura, como estradas, pontes, tudo que visasse facilitar a vida do cidadão e o desenvolvimento do comércio. Também pôde financiar a educação, tirando-a definitivamente das mãos do clero e, com isso, formando pessoas que pudessem servir de mão de obra qualificada ao Estado, proporcionando, assim, o desenvolvimento tecnológico, além da segurança obtida por meio do exército – como foi discutido anteriormente –, e também monopolizou a lei, criando instituições que pudessem

⁴ “A praxeologia não é uma ciência histórica, mas uma ciência teórica e sistemática. Seu escopo é a ação humana como tal, independentemente de quaisquer circunstâncias ambientais, acidentais ou individuais que possam influir nas ações efetivamente realizadas. Sua percepção é meramente formal e geral, e não se refere ao conteúdo material nem às características particulares de cada ação. Seu objetivo é o conhecimento válido para todas as situações onde as condições correspondam exatamente àquelas indicadas nas suas hipóteses e inferências. Suas afirmativas e proposições não derivam da experiência. São, como a lógica e a matemática, aprioristas. Não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos. São tanto lógica como temporalmente anteriores a qualquer compreensão de fatos históricos. São um requisito necessário para qualquer percepção intelectual de eventos históricos. Sem sua ajuda, nossa percepção do curso dos eventos históricos ficaria reduzida ao registro de mudanças caleidoscópicas ou de uma desordem caótica” (MISES, 1990, p. 48).

zelar pelo bem comum e não tão somente de um grupo específico, como ocorria em tempos anteriores.

A questão financeira é um tema bastante delicado. Maquiavel (2000a) elaborou seu raciocínio a partir da comparação entre ser liberal⁵ ou ser econômico. Para ele, tanto a fama de liberal quanto a fama de econômico possuíam suas vantagens e suas desvantagens. Vejamos o que ele nos apontou:

A liberalidade usada para que tenhas reputação de liberal não é virtude; se praticada de maneira virtuosa e devida, será ignorada e não te livrará da má fama de seu contrário. Desse modo, caso se deseje manter entre os homens a fama de liberal, mister se faz não omitir nenhuma demonstração de suntuosidade, de tal sorte que, assim, em semelhantes obras despenda o príncipe todas as suas rendas (MAQUIAVEL, 2000a, p. 101).

A citação acima enviava uma mensagem bastante peculiar ao príncipe: a de que, sendo ele liberal, que não o fosse para manter as aparências. Entretanto, se de fato o mesmo fosse um liberal convicto, não o fizesse de maneira hipócrita ou dissimulada. Além disso, não poderia esse príncipe se negar a despender de toda sua renda para que isso ocorresse, evitando que a fama de usurpador prevalecesse.

Entretanto Maquiavel (2000a, p. 101) alertou:

Se pretende conservar aquela reputação, será obrigado a onerar com tributos o povo, extraordinariamente, agir com crueldade no fisco e fazer tudo o que se deve para conseguir dinheiro. Isso irá torná-lo odioso aos olhos dos súditos, e, assim que vier a estar empobrecido, cairá na desestima dos outros; de maneira que, tendo a sua liberalidade causado prejuízo a muitos e benefício a outros, passa a sentir o príncipe os primeiros reveses e corre o risco em qualquer circunstância que suceda.

⁵Cabe aqui fazermos uma observação sobre o termo liberal empregado neste capítulo. O termo liberal, nesse contexto, não se refere ao liberalismo político ou econômico que fará parte das discussões dos filósofos iluministas do século XVIII. O termo liberal, empregado por Maquiavel, é no sentido da irresponsabilidade fiscal do príncipe. Para ele, ser liberal com as finanças é o mesmo que promover gastos desnecessários, comprometendo o equilíbrio das finanças de um Estado. Para não provocar confusões semânticas ou conceituais, vamos utilizaremos o termo liberalidade.

Maquiavel (2000a) sabia do risco que o príncipe estaria correndo, agindo com liberalidade. Ele sabia que essa fama traria grandes prejuízos a sua imagem, pois o povo saberia perfeitamente quem sustentava essa fama. Quando o súdito começasse a perceber que sua vida estaria começando a se arruinar para sustentar o luxo e a suntuosidade do governante, logo este se tornaria o seu principal inimigo. O luxo de uns não sairia sem o prejuízo e sacrifício de outros. Não obstante, como era comum aos governantes, a perda do seu prestígio não se daria sem antes lançar mão de inúmeras tentativas de consertar o seu erro, e muitas vezes isso era feito à custa de mais tributação. Assim,

Ao perceber isso, e pretendendo retrair-se, o príncipe é chamado de avaro. Desse modo, sem poder utilizar essa virtude sem prejuízo próprio, de sorte que se faça conhecida, deve ele, se prudente, desprezar a pecha de avarento, uma vez que, com o decorrer do tempo, poderá mostrar-se cada vez mais liberal, porque o povo comprovará que a parcimônia do príncipe torna suficiente sua receita, podendo ele se defender daqueles que lhe fazem guerra, e atirar-se em empresas sem onerar o povo, e dessa maneira estará sendo liberal para todos aqueles dos quais nada tira, e que são numerosos, e miserável para aqueles a quem não dá nada, e que são muito poucos (MAQUIAVEL, 2000a, p. 102).

É possível ser liberal e avarento ao mesmo tempo? Pela citação acima, sim. Pois, com a fama de avarento, o Estado se tornaria cada vez mais forte em sua estrutura econômica. Com isso, permitiria ao príncipe melhores condições para administrá-lo e os seus súditos teriam confiança em seu governo, tornando-se seus principais defensores. Além do mais, o fortalecimento econômico por meio da economia e do gasto público controlado proporcionaria ao contribuinte maior segurança financeira, pois saberia este que o governo não teria necessidade de aumentar os tributos e, se acaso isso viesse a ser feito, seria por uma causa extraordinária, não para sustentar os caprichos do governante. Essa forma de controlar os gastos públicos, economizando ao máximo, tornaria esse governante liberal. Já que se não gastava em excesso, não haveria motivos para extorquir a população por meio dos impostos, criando, assim, segurança para os investimentos, incentivando ainda mais a produção.

Um governante que tributa seus cidadãos indiscriminadamente é semelhante a um ladrão. A tributação excessiva sem benefícios impede, por exemplo, que o lavrador invista mais na produção de sua lavoura, pois sabe que, quanto mais vier a produzir, maior será a parcela entregue nas mãos do Estado. Isso rouba o direito das pessoas de comprar a

mercadoria mais barata, tornando a alimentação mais cara, contribuindo ainda mais com a miséria.

Um governante que se locupleta do dinheiro público para satisfazer seus anseios, incita a ira na população. Assim, “deve um príncipe ter poucas despesas, de modo a não se ver forçado a roubar seus súditos” (MAQUIAVEL, 2000a, p. 102). O contrário só trará pobreza aos seus cidadãos. Assim, ficou claro que, na opinião de Maquiavel, ser avarento e miserável é melhor do que ser liberal. Para ele, os homens esquecem mais rápido a perda do pai do que a de um patrimônio.

2.3.3 O equilíbrio social e a importância das instituições que zelem pelas leis

Ao estudar a história romana, principalmente nos *Discorsi*, nos chama muito atenção o enorme respeito que Maquiavel (1970) tinha com relação à organização institucional daquela república. Para ele, o regime republicano de Roma fora perfeito. Apesar de o autor ter adjetivado a República dessa maneira, não podemos julgá-lo inocente, no sentido em que ele não enxergou as desavenças ocorridas durante o predomínio desse regime. Precisamos ter em mente que, para ele, não havia nada que pudesse ser tão bom e nada tão mal. O que era imprescindível a ele era o equilíbrio que uma instituição deveria proporcionar e, com isso, garantir o bom funcionamento da sociedade. Assim, as leis são indispensáveis.

Maquiavel (1970) valorizou a longa batalha pela qual passou Roma até que esta conseguisse elaborar leis e organizar-se institucionalmente. Embora ao longo da história romana os conflitos devido à outorga de leis impopulares tivessem sido inúmeros, o autor acreditava que “pelo menos nunca se afastaram do caminho que as poderia conduzir à perfeição” (MAQUIAVEL, 1970, p. 107). Dessa forma, o autor justificou sua afirmação:

A sorte favoreceu Roma de tal modo que, embora ela passasse da realeza e da aristocracia ao governo popular, segundo as gradações trazidas pelas mesmas causas que explicamos, não tiraram entretanto do poder real toda autoridade, para dá-la aos grandes; não se privou também os grandes em favor do povo, e o equilíbrio dos três poderes deu origem a uma república perfeita (MAQUIAVEL, 1970, p. 108).

Um dos pontos chave para compreendermos o equilíbrio é entender a importância que a criação dos Tribunos da Plebe teve nesse processo de elaboração das leis. Para Maquiavel (1970), essa instituição foi a responsável por aperfeiçoar o regime republicano. Esta tinha como finalidade representar o grupo social menos favorecido, a plebe, frente ao poder executivo que estava nas mãos do Senado. Para exemplificar a importância de uma instituição como essa, Maquiavel (1970) buscou entender a gênese do ser humano. Para ele, o homem é um ser que possui a maldade em seu âmago. E lança mão dessa maldade ao menor sinal de perigo. Ademais, o sujeito que estiver à frente de uma instituição tão importante, que é o poder legislativo, precisa ter claro que a perversidade é algo atávico no ser humano. E as leis precisam ser elaboradas de forma que, se não podem proporcionar apenas o bem, evitam o mal. Para esse autor, essas são os únicos instrumentos que podem tornar um homem bom.

Após a queda dos Tarquínios, uma dinastia de reis etruscos que ocorreu em 509 a.C., o temor do retorno dessa linhagem de governantes fez com que os patrícios, classe social que dominava o Senado, agissem com cautela, buscando não despertar a desconfiança do povo. Dessa forma, havia um equilíbrio, pois, se de um lado os patrícios temiam o retorno dos Tarquínios e, com isso, a perda do poder, por outro lado, eles precisavam evitar que os plebeus nutrissem ódio pelo Senado e que viessem a apoiar esse possível retorno. Porém, esse medo passou a não existir mais em razão do falecimento do último rei dessa dinastia. Maquiavel destacou o contexto em que se originaram os tribunos:

Quando uma causa qualquer produz um bom efeito sem o socorro da lei, a lei é inútil; quando, porém, essa disposição propícia não existe, a lei torna-se indispensável. Assim, quando os Tarquínios, que haviam encadeados os grandes pelo terror que lhes inspiravam, deixaram de existir, foi necessário procurar novas instituições que produzissem o mesmo efeito que sua presença. Por conseguinte, é depois das perturbações, dos murmúrios contínuos e dos perigos que suscitaram os longos debates que se levantaram entre os plebeus e a nobreza, que foram instituídos os tribunos para a segurança do povo (MAQUIAVEL, 1970, p. 109).

Essa citação demonstra claramente a maneira de Maquiavel (1970) observar o funcionamento da sociedade. Para ele, a sociedade é fruto do equilíbrio entre os interesses das partes envolvidas. Nesse caso, os tribunos eram uma forma de equilibrar as ações que envolviam a plebe e a nobreza. Não deveria a nobreza estar pouco preocupada com a qualidade de vida dos plebeus, já que eles não pertencem ao grupo social dela? Não é bem assim que a sociedade funciona.

Os nobres tinham ciência da sua dependência com relação aos plebeus, pois, sem eles, não se produzia, não se comia, não se divertia, dentre outras atividades importantíssimas que eles desempenhavam na economia romana, já que esta era baseada na agricultura e no pastoreio. Se os plebeus se perdessem entre guerras e rebeliões, o caos estaria instalado e o equilíbrio seria perdido. Entretanto, foi toda essa desordem que proporcionou a criação dos tribunos, os quais foram os grandes responsáveis pela grandeza de Roma, de acordo com Maquiavel (1970).

Esse autor buscou responder àqueles que consideraram Roma desordenada e malsucedida. Ainda que Maquiavel (1970) tivesse tido ciência dos conflitos e da desunião que ali havia, ele entendeu que isso era fator essencial na vida política de algum Estado que queira ser grandioso. Nas entrelinhas, o autor buscava fornecer a esses críticos da República argumentos que pudessem convencê-los do contrário. Assim, ele justificou:

Essa gente não quer notar que existem em cada governo duas fontes de oposição: os interesses do povo e os interesses dos grandes; que todas as leis que se fazem a favor da liberdade nascem dessa desunião, como prova tudo que se passou em Roma, onde durante os trezentos anos e mais que decorreram entre os Tarquínios e os Graco, as desordens que irromperam entre os muros de Roma produziram poucos exílios e ainda menos derramamento de sangue. Não se pode, pois, julgar essas dissensões como funestas, nem o Estado como inteiramente dividido, quando, durante um tão longo decorrer de anos, essas dissensões não causaram exílio senão de oito ou dez indivíduos, condenações à multa de poucos cidadãos e à morte dum número menor ainda. Não se pode, de modo algum, chamar de desordenada uma república onde brilharam tantos exemplos de virtude; pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e as boas leis dessas mesmas desordens, que a maior parte condena inconsideradamente (MAQUIAVEL, 1970, p. 110-111).

Em suma, as intrigas políticas que floresceram no contexto em questão foram a causa principal da organização institucional romana, bem como foram responsáveis pelo equilíbrio de forças existentes nessa sociedade. Na citação acima, fica exposto que Maquiavel (1970) estava alertando seus contemporâneos com relação ao que estava se passando em Florença. Dessa forma, ele acreditava que todo o caos político que a Itália estava vivendo não era algo pernicioso, mas sim algo que, se bem administrado, poderia fazer surgir instituições sólidas que pudessem dar cabo ao sofrimento do povo, como ocorrera em Roma. Mas cabe uma indagação: havia condições para que ocorresse isso na Itália Renascentista? Buscaremos por meio da reflexão do contexto elucidar essa questão.

Qual é o principal objetivo de uma instituição como os Tribunais dentro de uma sociedade? Segundo Maquiavel (1970), o seu propósito principal era garantir a liberdade do povo. Marsílio de Pádua⁶ (1997), que fora precursor desse debate e que também inspirou Maquiavel, já havia alertado quanto à necessidade de um governo estabelecer leis para que estas pudessem garantir a paz e a liberdade do cidadão⁷. Entretanto, como já foi alertado anteriormente, isso se daria pelo equilíbrio entre as forças em jogo. Mas seria possível manter essa balança em constante e perfeito equilíbrio? Segundo Maquiavel (1970), não.

Como não é possível, entretanto, segundo minha opinião, manter a balança perfeitamente igual, num justo equilíbrio, é preciso, no estabelecimento de uma república, abraçar o partido mais honroso e organizá-la de maneira que, se a necessidade a compelissem e se dilatar, ela pudesse conservar aquilo que já tivesse adquirido (MAQUIAVEL, 1970, p. 121).

A citação acima reforça a ideia de que não há como se ter um sistema de governo perfeito no sentido literal da palavra, mas um que sempre esteja procurando, por meio do aperfeiçoamento de suas leis, proporcionar o bem comum e a liberdade dos cidadãos.

Para o bom andamento de Estado e, conseqüentemente, da sociedade, de modo geral, era necessário que esse governo tivesse em suas mãos o monopólio de determinadas instituições, como já foi mencionado no início deste capítulo. Além das finanças e do exército, seria necessário que o Estado tivesse sob o seu comando o direito de ser o único em acusar oficialmente algum cidadão. Esse ponto também foi fundamental para o estabelecimento da nova forma de organização social que emergiu na Europa. Diferente da Idade Média, quando cada senhor feudal fazia a lei e a justiça em sua propriedade⁸. Para

⁶Autor nascido em final do século XIII, mais exatamente em 1280. Marsílio Mainardini cresceu em um ambiente propício a cultura, já que seu pai foi notário da Universidade Patavina. Coursou direito chagando no início do século XIV ao cargo de Reitor da Universidade de Paris. Seu período de vivência na França possibilitou a Marsílio de Pádua assistir a querela envolvendo Felipe IV e o Papa Bonifácio VIII. Como por exemplo, a questão envolvendo os Cavaleiros Templários, transferência do Papado para Avinhão e outras disputas que permearam o contexto daquele período (CAMARGO et al., 1997).

⁷Segundo Marsílio de Pádua (1997, p. 117), “A lei é um enunciado ou um princípio que procede duma certa prudência e da inteligência política, quer dizer, ela é uma ordem referente ao justo e ao útil, e ainda aos seus contrários, através da prudência política, detentora do poder coercivo, isto é, trata-se de um preceito estatuído para ser observado, o qual se deve respeitar, ou, ainda, a lei é uma ordem promulgada através de determinado preceito”.

⁸Segundo Smith (1999, p. 660), “Nesses tempos conturbados, todo grande proprietário era uma espécie de príncipe em ponto pequeno. Os seus arrendatários eram seus súditos. Ele era o Juiz e, em chefe, em tempos de guerra. Fazia guerra ao seu bel-prazer, e, frequentemente, contra seus vizinhos, e, às vezes, contra o seu soberano”.

Maquiavel (1970), essa instituição que tem por obrigação zelar para que as leis sejam aplicadas igualmente a todos os cidadãos deve ser de única e exclusiva atribuição do Estado.

Não se pode dar aos guardas da liberdade de um Estado um direito mais útil e necessário do que o de poder acusar, seja diante do povo, seja diante de um magistrado ou tribunal qualquer, os cidadãos que cometessem um delito contra essa liberdade. Essa medida tem numa república dois efeitos extremamente importantes: o primeiro é que os cidadãos, temendo ser acusados, nada ousam empreender contra a segurança do Estado, ou que, se tentarem qualquer empreendimento nesse sentido, receberão imediatamente, e sem serem poupados, o castigo do delito cometido; o outro é fornecer um meio que faça com que desafoguem, de um modo ou de outro, essas paixões que fermentam incessantemente no Estado contra algum dos cidadãos (MAQUIAVEL, 1970, p. 121-122).

O poder judiciário consiste em uma das bases de organização das democracias modernas. Se cada um tivesse o direito de fazer justiça com suas próprias mãos, como era mais comum no período Medieval⁹, a estabilidade do Estado estaria comprometida, pois cada um se sentiria no direito de acusar ou punir conforme seus usos e costumes. Entretanto, para que um governo seja próspero e harmonioso para seus cidadãos, este precisa estar munido de instituições que zelem pelo bom cumprimento das leis, para impedir que os cidadãos, impelidos pelo sentimento de injustiça, venham a colocar essa harmonia em risco. Além disso, como ficou claro na citação acima, esse direito de acusação tem uma atuação psicológica sobre os cidadãos, pois estes, sabendo que o Estado exercerá o cumprimento da lei, pensarão muito bem antes de cometer qualquer delito. Dessa forma se evitará que haja exagero de ambas as partes, tanto do Estado como de seus cidadãos.

As leis precisam ser meios ordinários de manifestação do descontentamento do povo para com o Estado ou outrem. Esses meios precisam ser claros e objetivos, sem burocracia, para que os cidadãos não precisem encontrar nas vias extraordinárias uma maneira de desafogar o seu sentimento de insatisfação. Essas vias extraordinárias, segundo Maquiavel (1970), foram a causa da ruína de muitos Estados, principalmente de Florença, como já citado anteriormente. O autor justificou:

⁹“O homem daquele tempo está convencido de que o direito é absolutamente fixo e certo. A justiça devia perseguir o culpado em toda a parte até o fim. A reparação e a retribuição tinham de ser completas e assumir um caráter de vingança. Nesta exagerada necessidade de justiça, o barbarismo primitivo, de fundo pagão, mistura-se com a concepção cristã da sociedade” (HUIZINGA, 1978, p. 25).

De facto, se um cidadão é punido nas formas ordinárias, mesmo que o fosse injustamente, para a república não resulta desordem ou esta é insignificante, pois essa opressão tem lugar sem que se recorra à força particular ou à força estrangeira, causas ordinárias da ruína da liberdade: ela não serve senão da força da lei e da ordem pública, das quais se conhecem os limites particulares e cuja acção nunca é de tal modo violenta que possa destruir a república (MAQUIAVEL, 1970, p. 122-123).

O monopólio do direito de acusar por parte do Estado impede que haja problemas maiores em uma sociedade. Entretanto, esse governo precisa procurar ser o mais justo possível, baseando-se em leis que sejam iguais a todos, escritas e aprovadas, para que não estejam à mercê da vontade dos governantes e sejam mudadas ao seu bel prazer. Ademais, leis escritas são imprescindíveis à organização de um Estado.

Retornando ao contexto de Florença, é óbvio que Nicolau Maquiavel buscou nos escritos antigos uma forma de mostrar a sua inquietação com relação à sua terra natal. O que se passava em Roma era inversamente proporcional à conjuntura encontrada na República italiana renascentista. Não havia em Florença instituições que pudessem garantir ao povo as condições básicas de se manifestar contra as atitudes contrárias aos indivíduos e muito menos à sociedade como um todo. E não poucas vezes os cidadãos de Florença precisaram pegar em armas para fazer valer o seu direito. Vejamos o exemplo que Maquiavel (1970, p. 123) mencionou:

As inovações que foram introduzidas na república de Florença pela impossibilidade em que se achou a multidão de poder desafogar de modo legal o ódio que nutria contra Francisco Valori, um de seus cidadãos, cuja autoridade em Florença era igual à de um príncipe; a maior parte dos florentinos o considerava um ambicioso e lhe reprochava de querer alçar-se acima das leis por sua audácia e sua cólera. A república não tinha outro meio de resistir aos seus projectos senão opondo-lhe uma facção contrária.

Em suma, continuou o autor: “se houvesse sido possível opor meios legítimos, ele só pagaria a destruição de sua autoridade; mas como foi necessário vencer com as forças que não eram dadas pela lei, ele arrastou na sua queda um grande número de nobres cidadãos” (MAQUIAVEL, 1970, p. 123). De fato, Florença estava pagando com a vida dos seus nobres cidadãos a sua incapacidade de se manter unida e organizada como um Estado moderno.

Para Maquiavel (1970), quanto mais as vias legais fossem acessíveis e eficientes aos cidadãos, menos sentido faria o emprego das vias extraordinárias, pois estas poderiam até ter um resultado mais rápido, mas o preço a ser pago seria muito alto. Isso vai na mesma linha de raciocínio que Maquiavel (2000a) empregou para justificar a não viabilidade da utilização de tropas mercenárias ou auxiliares. Se o governo for capaz de dar aos seus cidadãos instituições que sejam organizadas e que objetivem o bem comum, a utilização de meios ilegais torna-se dispensável e pouco atrativa.

Maquiavel (1970) também tinha consciência do quão dinâmica era uma sociedade. Ele também sabia que as leis que mantêm um Estado organizado precisam acompanhar essas mudanças provocadas pelo passar dos tempos. Entretanto, boas leis, boa educação e bons costumes são essenciais para que isso ocorra. É a teoria tridimensional do Direito, que preconiza fato, valor e norma. Para esse autor, se na origem de uma República existiam leis que naquele contexto eram suficientes para garantir a liberdade aos seus cidadãos, ao menor sinal de mudança dessas pessoas essas leis deixavam de ser importantes. Por isso o Estado necessita ter em seu seio uma instituição que seja responsável em observar isso e, sempre que necessário, propor as mudanças pedidas, evitando que estas se tornem anacrônicas.

Obviamente que essas mudanças não ocorrem sem que haja conflitos. Mas, se os caminhos para que ocorram essas mudanças forem claros, certamente que o descontentamento daqueles que perdem algum benefício será menor. Isso é a base da democracia a qual Maquiavel observou bem na história romana. E o principal instrumento de representação dessa democracia foi a criação dos tribunos, como já citado anteriormente. Independente do que seja feito, primeiramente é necessário que esteja tudo dentro da lei.

Concordemos ou não com a essência da obra de Maquiavel (1970), a forma com que ele traçou seu raciocínio é bastante particular, pois para ele a lei está acima de tudo. Se a lei é errada, mude-se a lei pelas vias da lei, não pelas vias extraordinárias, ilegais. Essas leis sempre precisam ter como finalidade a liberdade do cidadão. Liberdade esta que não existia em Florença.

Por isso, não é de difícil compreensão que a instituição mais importante de um Estado, na opinião de Maquiavel, é aquela que vele pelo interesse de seus cidadãos. As leis e o sistema judiciário, de modo geral, são o principal órgão de um governo. Não que os demais não sejam ou que um poder deva ser superior ao outro. Entretanto, são as leis que regulamentarão todas as atividades subsequentes e darão suporte para que as demais

instituições possam funcionar para que haja equilíbrio entre as funções do Estado, quais sejam: legislativo e o executivo, além do já citado judiciário. Mas havia modelos a ser seguidos no contexto em que Maquiavel vivia, ou suas justificativas se restringiram apenas ao mundo antigo? Como já dissemos, Maquiavel (2000c) fez observações a respeito da forma como se organizava a política, tendo como fonte de pesquisa também os países vizinhos. Um desses exemplos positivos sobre a prevalência das leis estava na vizinha Veneza.

O que havia em Veneza era um Conselho responsável por distribuir honras e empregos, mas que muitas vezes, por motivos particulares, seus representantes se negavam a dar sucessão aos magistrados e administradores do Estado. Como essas disputas eram pessoais, o resultado não foi diferente da desordem. O caos provocado pela fragilidade dessa instituição fazia com que seus membros muitas vezes recorressem às vias extraordinárias. O resultado final desse problema teria sido muito pior, se por acaso o império da lei não tivesse sido estabelecido, conforme registrou Maquiavel (1970, p. 232):

Aproveitando uma ocasião favorável, fizeram passar uma lei que dizia que todos os mandatos dos magistrados que existiam tanto dentro quanto fora da cidade, jamais se extinguiriam se estes não fossem substituídos. Por essa medida tiraram do conselho a facilidade de expor a república a um perigo certo, que entravam em marcha de todos os negócios públicos.

Porém, apesar de as leis serem de extrema importância, somente elas não seriam capazes de dar cabo do problema vivenciado pela Itália. O autor foi bem claro ao observar os exemplos da França e da Espanha e afirmar que a razão pela qual as desordens nesses países ocorriam em menor intensidade que as vistas na Itália era pela presença de um rei que, com seu braço, mantinha a união do Estado. Mais uma vez Maquiavel (1970) retorna à questão da necessidade de ter alguém de pulso firme e que pudesse unificar a Itália em torno de um objetivo e proporcionar o seu desenvolvimento. Infelizmente, isso não se daria apenas pelas virtudes, mas seria preciso um conjunto de características que permitissem a esse príncipe – munido de força e capacidade comprovadas pela experiência e de instituições que o auxiliavam no seu objetivo – proporcionar o bem comum aos cidadãos italianos.

Por fim, buscando responder à questão colocada anteriormente, haveria condições propícias ao surgimento de instituições que pudessem dar cabo ao sofrimento do povo italiano? Conforme foi observado nas citações, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que

sim. Fica claro, portanto, que a Itália estava passando por um contexto extremamente favorável à criação de uma nova organização política. Por isso percebemos nas palavras de Maquiavel (2000a) um tom bastante dramático, que procura chamar os italianos à responsabilidade, apoiando um príncipe virtuoso o suficiente para livrar a Itália dos infortúnios internos e externos.

2.3.4 Os servidores do Estado

Mostramos anteriormente que Maquiavel (2000a) entendia que um bom governo se fazia com boas leis e boas armas. Por isso, ele teceu inúmeros comentários recheados de exemplos para que cada uma dessas instituições funcionasse de maneira eficiente. Entretanto, sabemos que um governo se faz também com o apoio de funcionários e servidores que precisam trabalhar em consonância com os objetivos do mesmo. Assim, o príncipe precisaria ter capacidade de discernimento para a escolha dos seus ministros, bem como para mantê-los afinados com os objetivos de sua administração.

Para um príncipe, não é de pouco importância a escolha dos ministros, os quais são bons ou não, de acordo com a prudência daquele. E a primeira conjectura que se faz, em relação às qualidades de inteligência de um príncipe, consiste na observação dos homens que ele tem em volta de si (MAQUIAVEL, 2000a, p. 135).

Já de início observamos que o autor creditou a ineficiência dos ministros à incapacidade do príncipe. Para isso, conforme acima, o governante precisaria ter habilidade na escolha dos mesmos, do contrário, seria cúmplice de um futuro governo malsucedido. A escolha de um ministro bom era condição essencial para se comprovar a sabedoria de um príncipe. Mas qual era o primeiro quesito que um príncipe precisaria levar em conta na escolha de um representante tão importante? Assim Maquiavel (2000a) definiu:

Para que um príncipe possa conhecer bem o ministro, entretanto, há um modo que nunca falha: quando perceberes que o ministro pensa mais em si mesmo do que em ti, e que procura tirar proveito pessoal de todas as suas ações, podes estar certo de que não é bom, e nunca poderás confiar nele; e aquele que cuida dos negócios de Estado jamais deve pensar em si, mas sempre no príncipe, e nunca lembrar-se dos negócios que se encontrem fora da esfera do Estado (MAQUIAVEL, 2000a, p. 136).

Para esse autor, o príncipe precisaria escolher alguém que colocasse o Estado acima de sua própria vida. Além disso, um ministro que fosse soberbo, que tivesse orgulho em demasia e que se colocasse acima do bem comum e também do príncipe seria um exemplo de pessoa em quem não se poderia confiar e era necessário que este tipo de pessoa também fosse evitada.

Outro detalhe muito importante era a separação do que era público e do que era privado. Como já afirmamos anteriormente, Maquiavel (2000a) escreveu ao mesmo tempo em que as estruturas da velha sociedade medieval iam cedendo espaço para as novas estruturas do poder político, econômico e social. Mesmo não havendo um Estado consolidado nos moldes da Idade Moderna, no período Medieval, mais precisamente no feudalismo, o senhor se achava dono de tudo e de todos que estavam sobre sua propriedade. Inclusive, podendo esse senhor, a seu bel prazer, requisitar as mulheres e filhas dos seus servos para sua satisfação sexual. Por isso, com base na afirmação acima e também em outras que já foram feitas nessa dissertação, Maquiavel (2000a) alertou o príncipe com relação a esse mal, pois, se não houvesse separação do que era público e privado, caso viesse o príncipe a necessitar de ajuda dos seus súditos, fosse esta financeira ou não, os mesmos se sentiriam assaltados e vilipendiados pelo príncipe. Isso provocaria a ira da população além de outros males já citados aqui.

Conhecendo Maquiavel o mau atávico dos homens e sabendo que estes só fazem o que é bom por necessidade, ele destacou que não era menos importante o reconhecimento que o príncipe deveria ter com os seus ministros, se estes viessem a desempenhar um trabalho valoroso à frente dos negócios do Estado. Dessa forma o príncipe teria garantia de que sempre o melhor trabalho estaria sendo feito. A respeito disso, Maquiavel (2000a) fez a seguinte citação:

O príncipe, para ter garantia do ministro, devem pensar nele, honrando-o, tornando-o rico, obrigando-o para consigo, fazendo-o tomar parte de honrarias e cargos, de tal sorte que as muitas honrarias não lhe façam querer outras, as muitas riquezas não lhe façam desejar maiores, e os muitos cargos não lhe façam recear mudanças (MAQUIAVEL, 2000a, p. 136).

Mas qual seria, além de garantir um bom trabalho, a razão para que um ministro devesse ser tão bem remunerado a ponto de o príncipe ter de torná-lo rico? Maquiavel (2000a) sabia muito bem da ganância que existe no âmago do homem e que este não mede esforços para que seus objetivos sejam alcançados. Dessa forma, remunerando bem os ministros e garantindo-lhes uma vida condizente com a importância do cargo que exerciam, a tentação em se corromper seria minimizada. Se esses ministros tivessem o reconhecimento merecido pelo bom trabalho que prestavam, estes não precisariam recorrer às vias ilegais da corrupção.

Mas não era somente com relação à capacidade dos ministros que o príncipe deveria se preocupar. Era preciso também estar sempre alerta com a personalidade das pessoas que o cercavam, principalmente com os adutores. Para Maquiavel (2000a), a falta de atenção por parte dos governantes para com esse tipo de gente acarreta-lhes maiores dificuldade em lidar com elas. Os adutores eram as pessoas mais comuns dentro de uma corte, por isso o príncipe estava cada vez mais sujeito a cair nas mãos destas. Assim Maquiavel (2000a, p. 137) os definiu:

Falo dos adutores, dos quais estão repletas as cortes; pois os homens se deleitam tanto nas coisas próprias e de tal maneira nelas se enganam que com dificuldade se defendem desta peste; ao pretender evitá-la, existe o risco de perder-se a consideração, uma vez que não existe outra forma de se proteger-se da adulação a não ser dar a entender aos homens que não te ofendem por falar a verdade.

Para Maquiavel (2000a) os adutores eram aqueles que contaminavam e cegavam os príncipes e não lhes permitiam que visse os erros em suas atitudes. Esse tipo de gente era extremamente nocivo ao bom andamento de um governo. Na citação acima, o autor deu a indicação de como deveria o príncipe evitar os adutores. A única forma, destacou Maquiavel (2000a), era dando liberdade aos homens do príncipe para que eles pudessem lhe dizer a verdade.

Há um dito popular que afirma ser preferível uma amarga verdade a uma doce mentira. Não obstante, quando se trata de governo, quando isso envolve dinheiro e poder, muitas vezes esse ditado não funciona. Esses adutores, em busca de prestígio e dinheiro, muitas vezes omitiam dados importantes para a condução do governo. Temendo magoar o príncipe e perder seu cargo, esse tipo de sujeito punha a perder a estabilidade do Estado, por isso deveria o governante evitar ao máximo esse perfil de gente no seu *staff*. E a forma como isso deveria ser feito já foi mencionada.

Muitas vezes a verdade, por ser esta nem sempre aquilo que se quer ouvir, poderia, vez ou outra, incorrer na falta de respeito para com o príncipe. Mas seria possível evitá-la? Sim. Segundo Maquiavel (2000a), o mecanismo utilizado para se estar sempre munido da verdade era criar um corpo de conselheiros e que estes emitissem suas opiniões sempre quando fossem requisitados. Dessa forma, tendo o príncipe a necessidade de se manter informado, não estariam estes faltando com a verdade, muito menos com o respeito.

Deve um príncipe prudente, assim, conduzir-se (...), escolhendo os homens sábios de seu Estado, e apenas a estes deve conceder o direito de dizer-lhe a verdade, mas apenas sobre as coisas de que forem perguntados. Deve fazer-lhes consultas acerca de tudo e ouvir-lhes a opinião, e deliberar, em seguida, como bem quiser e com conselhos daqueles, agir de maneira tal que eles notem que, quanto mais liberdade tiverem de falar, tanto mais facilmente suas opiniões serão seguidas (MAQUIAVEL, 2000a, p. 137).

Nas palavras de Maquiavel (2000a), ministros e governantes precisavam ter uma relação de reciprocidade, baseada na verdade, acima de tudo. Os homens sábios do Estado deveriam cercar o rei. Esses homens somente poderiam ter o direito de emitir opiniões a respeito das atitudes tomadas pelo príncipe. Entretanto, seus julgamentos deveriam ser emitidos apenas quando solicitados, evitando-se que conversas desnecessárias acabassem por contaminar o ambiente de trabalho.

Também podemos entender na citação acima que havia, além da questão financeira, outra maneira de se recompensar os bons trabalhos prestados, que era agindo conforme as indicações propostas pelos ministros, dando a estes uma mostra da confiança e lealdade do príncipe, fazendo com que tivessem cada vez mais compromisso com a verdade.

Nessa citação também ficou exposto o poder que o governante de Maquiavel precisaria ter. Não que esse governante tivesse de ser absolutista, longe disso, já que, ao longo

de suas obras, esse autor mostra-se extremamente favorável ao equilíbrio das instituições, mas, estando esse príncipe à frente de um Estado, deveria ele coordenar as ações e tudo o que fosse decidido ou que viesse a ser necessitado deveria partir dele. Apenas dele.

Deve um Príncipe, desse modo, sempre pedir conselhos, mas somente quando quiser, não quando os outros entenderem; deve em primeiro lugar, tirar a todos os desejos de aconselhar algo sem que lhe seja solicitado. Contudo, deve fazer muitas indagações e ouvir com paciência a verdade sobre as coisas indagadas. Caso julgue que alguém, por qualquer temor, não lhe esteja dizendo a verdade, o príncipe deve demonstrar desagrado (MAQUIAVEL, 2000a, p. 138).

Concluindo esta parte do trabalho, podemos afirmar que as palavras do autor são bem claras com relação à atitude que o príncipe deveria tomar na escolha dos seus ministros, bem como a forma com que ele deveria agir para evitar que os adutores se aproximassem dele. Assim, a atitude prudente sempre deveria partir do príncipe, não ao contrário. Este somente ouviria bons conselhos se as atitudes tomadas fossem condizentes com as de um governante prudente. Não poderia o príncipe ser prudente apenas em razão dos bons conselhos.

3 CONCLUSÃO

O que podemos, então, destacar a título de conclusão sobre o trabalho apresentado até aqui? Muitos pontos foram mencionados, mas alguns merecem destaque especial, pois representam a síntese de toda a discussão política proposta pelo escritor e pensador político, Nicolau Maquiavel.

O primeiro ponto que devemos destacar é o caráter inovador de sua obra, pois Maquiavel inaugurou uma nova forma de se pensar a política, separando-a da religião e tornando-a um corpo único de conhecimento, preocupado exclusivamente com as coisas terrenas. Diferente dos autores anteriores que se baseavam nas questões teológicas, Maquiavel nesse ponto abordou a política com base nas percepções renascentistas em que o homem se tornou o centro do universo. Esse caráter antropocêntrico o fez compreender que os problemas terrenos deveriam ser resolvidos com atitudes que espelhassem a real situação política. Os problemas humanos se relacionavam diretamente com as atitudes humanas.

Maquiavel acreditava que o príncipe deveria ter uma preocupação exclusivamente terrena. Um governante não precisaria se preocupar com a moral religiosa em termos de governo, pois, para Maquiavel, eram os valores éticos que deveriam ser cultivados pelo governante e que este tivesse como principal objetivo proporcionar uma vida mais segura aos seus cidadãos. O importante era unificar a Itália e centralizar o governo de modo que se formasse um Estado que pudesse proporcionar tudo isso, sem ferir a liberdade de seus cidadãos. Essa simbiose entre príncipe e cidadão era indispensável à concepção política de Estado de Maquiavel.

Outro tópico importante que devemos destacar é a situação italiana que deixou esse autor bastante revoltado. Conforme já mencionamos, Maquiavel buscou dar respostas aos problemas da Península, investigando o que de fato estava provocando toda a desagregação política da região. Diferente de muitos, ele não acreditava que isso fosse um castigo divino. Com o caráter pragmático que lhe era muito peculiar, Maquiavel creditou à incompetência dos políticos florentinos a culpa nas brigas entre as facções políticas no plano interno e as invasões estrangeiras no plano externo. A Península Itálica parecia terra de ninguém onde cada reino que possuísse um exército minimamente organizado estava apto a provocar mais

caos político à região. Essa questão era, sem dúvida, o ponto central da desunião pela qual passava a Itália de Maquiavel.

Ainda sobre essa desunião política e o caos em que se encontrava a Península, Maquiavel apontou a Igreja como uma das principais responsáveis por isso. No plano religioso, e por que não dizer político também, foi possível perceber o poder que a Igreja Católica exercia e o quanto a mesma representava um impedimento à unificação italiana, visto que a Igreja estava mais interessada em manter-se superior às demais instituições e, lançando mão de qualquer artifício, acentuava a desordem política que já era predominante. A Igreja era uma instituição que colocava a soberania desse Estado Centralizado, defendido por Maquiavel, em xeque. O fator que mais chama a atenção é que, mesmo ele sendo um crítico árduo do poder da Igreja, defendia que a religião poderia ser utilizada como instrumento em favor do projeto de governo do príncipe. Entretanto, deveria haver um plano de utilização da religião, bem como um projeto para fortalecer a imagem desta, pois seu descrédito frente ao povo, segundo o que relatamos, era grande.

Maquiavel observou que a solução para o caos ali instalado deveria partir dos próprios italianos, os quais deveriam seguir um único príncipe que tivesse suficientes virtudes políticas, pessoais e intelectuais para unir os italianos na tarefa de redimir e salvar a Itália dos inimigos internos e externos. Um príncipe deveria estar no posto de governante por merecimento e poder se utilizar de sua agilidade, da sua coragem, prudência sentimento de justiça e dos conhecimentos históricos para curar as chagas da política italiana. O contexto político era, segundo Maquiavel, o cenário ideal para que surgisse um político que se enquadrasse nesse perfil.

O governante também não deveria se preocupar com a sua fama. Esta, para Maquiavel, era dispensável, desde que o príncipe tivesse como principal objetivo defender a liberdade de seus cidadãos. Liberdade econômica, liberdade civil, liberdade política, tudo isso era mais importante para Maquiavel. Se esse governante se colocasse como um defensor ferrenho desses ideais, ser temido ou ser amado para ele era apenas uma questão de ponto de vista. Em resumo, era melhor ser temido e proporcionar tudo isso do que ser amado e estar omissos diante das necessidades.

As virtudes desse príncipe deveriam também espelhar os modelos de instituições organizadas por ele. Com relação a isso, podemos concluir que, mesmo as instituições sendo deficientes, elas são indispensáveis para o bom andamento da sociedade. Deficientes no

sentido de estas não poderem ser consideradas perfeitas, mas que as virtudes de sempre buscar o aprimoramento delas sejam sempre mantidas. Instituições viciadas e sem princípios que as norteiam podem cobrar um preço muito alto em vidas dos seus cidadãos, como ocorreu em várias passagens enumeradas pelo autor e que destacamos aqui conforme foi necessário. Em suma, a falta de instituições em Florença foi a grande causa de sua ruína.

Outro ponto que merece destaque quanto ao caráter pragmático de Maquiavel é com relação ao uso da força, que foi desmerecida pelos seus antecessores e contemporâneos. Por isso a importância que o mesmo deu à organização das instituições militares. Ter o monopólio das armas significou evitar que dentro do seio dessa sociedade alguém viesse a se tornar um poder maior que o próprio Estado e que isso colocasse sua soberania em jogo. Além disso, o cuidado que o governante precisaria ter com a instituição militar era indispensável. O exército que deveria servi-lo precisaria ser exclusivamente nacional, não podendo o príncipe em hipótese alguma permitir o recrutamento de mercenários, já que esses teriam como senhor apenas o dinheiro. Concluindo, o que ficou claro é que, em situação alguma, o príncipe poderia permitir que algo se tornasse tão poderoso a ponto de desestabilizar seu governo e colocar a soberania do Estado em xeque, e, para isso, o monopólio das armas e o cuidado pessoal com o exército de que o governante precisava era indispensável. Este último era fator preponderante ao exercício da liderança, visto que, se o príncipe demonstrasse ser o mais apto e destemido frente às adversidades militares, seus comandados seriam muito mais prestativos e leais.

As virtudes que foram enumeradas por Maquiavel eram de ordem diversa, inclusive, o mesmo se dedicou a analisar a relação que deveria ter o príncipe para com o dinheiro dos súditos, representados pelas finanças do Estado. Acreditamos que a principal inovação de Maquiavel para o contexto foi a separação entre o que era público e o que era privado. Reiteramos, no que diz respeito às finanças dos governantes, que isso representou uma quebra de paradigma naquele contexto. Para justificar isso, o autor partiu da premissa de que a fama de avarento do príncipe deveria ser mais bem vista que a de liberal, pois o súdito sabia muito bem que era ele quem pagava os regalos e os luxos dos governantes. Para Maquiavel, o patrimônio material é, para o homem, algo superior aos valores sentimentais. Assim, este homem precisava ter segurança para agir da melhor maneira possível e conseqüentemente enriquecer o Estado por meio dos impostos que lhe seriam gerados. Entretanto, se o súdito percebesse que o dinheiro que saía do seu bolso em forma de impostos era para custear os

luxos excessivos da corte, esse ato representaria um desestímulo ao cidadão, levando o Estado à ruína institucional e financeira. Além de o príncipe perder a confiança dos súditos.

Outro destaque importante que o autor fez e que merece ênfase nesta conclusão é com relação a existências das leis. Elas eram, para ele, a materialização da segurança do súdito contra os desmandos do Estado. A norma jurídica não era algo que se estabeleceria da noite para o dia. Segundo Maquiavel, as leis eram frutos de uma construção histórica que envolvia conflitos, batalhas, lutas, mas que não dispensava os bons costumes. Para ele, boas leis era fruto de bons costumes e de boa educação. O conflito também era uma peça importante, já que era por meio deste que se comprova se havia ou não bons costumes. Em suma, temos em Maquiavel os princípios básicos do Direito, que são o fato, o valor e a norma. Fato no sentido de que havia um conflito que precisava ser mediado por alguma norma específica. Valor seria o que implicava o modelo de sociedade que se desejava construir, fortalecer, edificar, ou seja, era o modelo idealizado de sociedade. E norma consistiria nas medidas legais de punição e penalização, e por que não dizer, educação daquelas pessoas que desafiassem o sistema jurídico promulgado por meio das instituições competentes.

Portanto, entendemos que o objetivo deste trabalho foi alcançado já que discutimos e apontamos os caminhos propostos por Nicolau Maquiavel no que tange à construção de um Estado forte, com Instituições sólidas e com um governante virtuoso para que isso tudo pudesse transformar a realidade vivida por esse autor e por todos os cidadãos da Itália renascentista.

REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **Da Monarquia**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

AQUINO, Tomás de [Santo]. **Escritos Políticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a Nova Reflexão Política. In: MAINKA, Peter Johann (Org.). **A Caminho do Mundo Moderno: Concepções Clássicas da Filosofia Política no Século XVI e o seu Contexto Histórico**. Maringá: EDUEM, 2007. p. 49-69.

BONI, Luiz Alberto de. Prefácio. In: ROMANO, Egídio. **Sobre o Poder Eclesiástico**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989. p. 9-29.

BIGNOTTO, Newton. **Origens do Republicanismo Moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BONI, Luis A. de. Introdução. In: QUIDORT, João. **Sobre o Poder Régio e Papal**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989a. p. 9-33.

_____. Introdução. In: ROMANO, Egídio. **Sobre o Poder Eclesiástico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989b. p. 9-29.

BUCKHARDT, Jacob. **O Renascimento Italiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

CAMARGO, J.; SOUZA, J.; BERTELLONI, F.; PIAIA, G. Prefácio. In: PÁDUA, Marsílio de. **O Defensor da Paz**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

COULANGES, Fustel de. **As Cidades Antigas**. Lisboa: Clássica, 1988.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v. 2 (Formação do Estado e da Civilização).

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. São Paulo: Verbo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

KRITSCH, Raquel. **Soberania: a Construção de um Conceito**. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP, 2002.

LUTERO, Martinho. **Sobre a Autoridade Secular**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Elsevier-Campos, 2004.

_____. **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. São Paulo: Editora Brasileira, 1970.

_____. **História de Florença**. 2. ed. São Paulo: Musa, 1998.

_____. **O Príncipe / Escritos Políticos**. São Paulo: Nova Cultural, 2000a.

_____. Da Natureza dos Franceses. In: _____. **O Príncipe: Escritos Políticos**. São Paulo: Nova Cultural, 2000b. p. 209-212.

_____. Relação sobre a França. In: _____. **O Príncipe: Escritos Políticos**. São Paulo: Nova Cultural, 2000c. p. 213-231.

MARTINS, Carlos Estevam. Vida e Obra. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe: Escritos Políticos**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 5-27.

MISES, Ludwig von. **Ação Humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

PÁDUA, Marsílio de. **O Defensor da Paz**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PEREIRA, José Flávio. Maquiavel: um Pensador Medieval ou Moderno. **Acta Scientiarum**, Maringá: UEM, v. 22, n. 1, p. 255-260, 2000.

QUIDORT, João. **Sobre o Poder Régio e Papal**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

ROMANO, Egídio. **Sobre o Poder Eclesiástico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1978.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

STREFLING, Sérgio Ricardo. A Disputa entre o Papa Bonifácio VIII e o Rei Felipe IV no Final do Século XIII. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 37, n. 158, p. 525-536, 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília-DF: Ed. UNB, 1997.